

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE FILOSOFIA
GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

MIKAEL SOUZA BARRA NOVA DE MELO

IDENTIDADE PESSOAL E ÉTICA: O USO DE
CRISPR-CAS9 PARA APRIMORAMENTO
HUMANO

Uberlândia, Minas Gerais
Novembro de 2023

MIKAEL SOUZA BARRA NOVA DE MELO

IDENTIDADE PESSOAL E ÉTICA: O USO DE
CRISPR-CAS9 PARA APRIMORAMENTO
HUMANO

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia (IFILO/UFU) como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel e Licenciatura em Filosofia.

Área de Concentração: Ética e Bioética

Orientador: Prof. Dr. Alcino Eduardo Bonella

Uberlândia, Minas Gerais
Novembro de 2023

M528 2023 Melo, Mikael Souza Barra Nova de, 1997-
Identidade pessoal e ética [recurso eletrônico] : O
uso de CRISPR-CAS9 para aprimoramento humano / Mikael
Souza Barra Nova de Melo. - 2023.

Orientador: Alcino Eduardo Bonella.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Uberlândia, Graduação em
Filosofia.

Modo de acesso: Internet.

Inclui bibliografia.

1. Filosofia. I. Bonella, Alcino Eduardo ,1968-,
(Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia.
Graduação em Filosofia. III. Título.

CDU: 1

Mikael Souza Barra Nova de Melo

Identidade pessoal e ética: O uso de CRISPR-CAS9 para aprimoramento humano

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia (IFILO/UFU) como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel e Licenciatura em Filosofia.

Área de Concentração: Ética e Bioética

Uberlândia, 23 de Novembro de 2023

Banca Examinadora

Prof. Dr. Alcino Eduardo Bonella – IFILO/UFU
(Presidente da Banca, Orientador)

Prof. Dr. Leonardo Ferreira Almada – IFILO/UFU
(Arguidor interno)

Dedico este trabalho a todas as pessoas humanas, autônomas e não-dignas.

Agradecimentos

À minha família, que sempre esteve ao meu lado me dando suporte nos momentos mais difíceis, destacadamente nesses últimos meses de graduação. À minha mãe, **Guacira Conceição de Souza** a quem especialmente dedico todo meu amor e carinho, aquela que sempre posso recorrer, nas horas boas e ruins. À minha irmã do meio **Gabriela Aparecida de Souza Melo** que mesmo estando longe em Portugal acredita em mim e me dá o suporte que preciso em momentos difíceis, e as broncas nos momentos oportunos. Agradeço também e principalmente à **Flávia Aparecida de Souza Melo**, minha irmã mais velha, que nunca me deixou na mão, fazendo o possível e às vezes o improvável para me ajudar, mesmo quando outros não me apoiavam. Agradeço minhas tias **Angela Filomena Souza Teixeira** (minha madrinha) e **Ana Aparecida de Souza** por sempre se preocuparem comigo e se disporo a me ajudar quando mais necessito. Agradeço ao meu pai **Ismael Barra Nova de Melo**, pelo apoio e suporte. Agradeço meu padrasto, cunhado, primos e primas que estiveram sempre presentes na minha vida me ajudando a me tornar o que sou hoje. E um agradecimento especial ao **Welton**, o primeiro a me incentivar a seguir meu sonho de vir a prestar este curso.

Ao meu orientador **Alcino Eduardo Bonella**, que aceitou me orientar durante esses anos, tempo em que aprendi muito. Ao **Leonardo Ferreira Almada**, que encarecidamente aceitou participar da minha banca e que muito me ensinou nesse último semestre ministrando uma disciplina exemplar de filosofia da Mente. A academia e todo seu corpo docente que me formaram na filosofia com a mais boa vontade, disciplina, ímpeto e sabedoria.

Aos meus amigos, sem os quais nada disso poderia sequer ser possível, pois não só a filosofia não se faz sem amigos, mas também a existência não se é possível. Faço agradecimentos especiais a **Vitória Elís Fonseca**, que desde o primeiro semestre me atura, me diverte, me dando broncas e carinho em todas as situações possíveis, estaria completamente perdido sem a organização metódica e paciência dela durante toda essa trajetória. A **Giovana Zanotto**, que me ensinou que carinho, conforto, ombro amigo, atenção e ouvir são a linguagem do amor, seus abraços curam tudo. A **Barbara Leandra**, que me ilumina com o sorriso mais lindo todos os dias me ensinando o que é ser forte em situações difíceis. A **Isadora Santos Pereira**, que me atura atualmente todos os dias, me mostrando paciência, alegria, dedicação, e amor de modo que todas as qualidades dela se resumem magicamente em uma palavra, “amiga”. Ao **Raphael de Castro** um grande amigo que nem o tempo nem a distância conseguiram levar. Ao **Bruno Sunkey** e ao

Jandessom de Oliveira, com os quais divido moradia e que fazem dela parecer um lar, certamente irmãos que adquiri nessa cidade, juntamente ao **Vinicius Franco**, **Gessé Celestino** e a caríssima **Misleyane Celestino**, que me ensinaram tanto. Um agradecimento muito especial a **Nathália Pereira**, que virou para trás e me cumprimentou e me acolheu no primeiro dia de aula me fazendo sentir aceito, assim, do ato mais singelo surge uma amizade a qual não viveria sem. Por fim, mas nunca menos importante, um agradecimento a todas as, queridas, queridos e queridos que estiveram presentes nessa minha graduação tornando ela incrível com a presença única e marcante de cada um, e acima de tudo, tornando-a uma experiência inesquecível, muito obrigado por tudo: **Ana Claudia Cromeiro; Ana Paula Gonçalves; Andrêssa Giselly; Antonio Augusto; Augusto Blefari; Barbara Raffaele; Bruno Novais; Carlos Eduardo; Carlos de Jesus; Elisabeth Rocha; Gabriel Carvalho; Gabriel Tagliacozzi; Gleisson da Silva; Igor Ferreira; Leonardo Aurélio; Luan Ferreira; Lucas Caixeta; Marco Tulio França; Matheus Marques; Matheus Santiago; Matheus Tabchoury; Natalia Cabrera; Natalha Geralda; Samuel de Oliveira; Tosh Shibayama e Virgínia Alves.**

À **Universidade Federal de Uberlândia**, aos **professores e técnicos do Instituto de Filosofia** pela chance de concretizar este magnífico curso.

RESUMO

Barra Nova, Mikael. **Identidade pessoal e ética: O uso de CRISPR-CAS9 para aprimoramento humano**. Uberlândia, 2023. Monografia (Graduação em Filosofia) – Graduação em Filosofia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023.

O presente trabalho de conclusão de curso propõe entender como o debate sobre aprimoramento tem se dado atualmente, com a inclinação de esboçar uma forma de compreender e abarcar o sentido mais amplo de autoaprimoramento. Para isso, a técnica de edição genômica CRISPR-CAS9 será a tecnologia que servirá como plano de fundo da dissertação, uma vez que é foco de diversos estudos e possui um potencial enorme de aplicação, tanto para tratamento quanto para aprimoramento. A distinção entre tratamento e aprimoramento inclusive será abordada no segundo capítulo a fim de compreender se uma linha entre os dois métodos deve ser traçada ou não, ainda que a resposta a isso não comprometa o rumo da discussão. Ainda no capítulo dois, será mostrado o que o presente TCC entende como ‘aprimoramento’. Trata-se de um questionamento de maior importância, em que a resposta dita o modo como compreendemos o aprimoramento e assim, a forma como lidamos com as problemáticas que se originam dele. Para isso, nossa posição se chocará com a posição bem-estarista de filósofos como Julian Savulescu (2020), mas apenas de uma forma que nos possibilite precisar ainda mais a definição de aprimorar. Tendo delineado a noção de aprimoramento, será explicado de forma básica o que é e como atua o CRISPR. Tal noção é importante para fins de maior compreensão do tema. Assim sendo, será possível compreender o porquê de a tecnologia ter tido tanta atenção por parte da academia científica, e o porquê de a mesma tecnologia ter sido motivo de certas moratórias e preocupações. Como prevê o título deste trabalho, adentraremos no campo de debate da filosofia da identidade pessoal. Tal investida se justificaria por vários motivos, mas o que nos interessa neste trabalho é que a noção de identidade seja explorada em um aspecto que diz respeito a narrativa das pessoas e como essas narrativas fundamentam uma expressão de ordem autônoma e prudencial quanto a aprimoramentos genéticos. Essa fundamentação, assim espera esse trabalho, consolida uma abordagem que tende escapar de amarras pouco explicativas e fundamentadas que são baseadas em princípios os quais, por falta dessa maior fundamentação, carecem de força para o agir moral. Esse é o caso da dignidade humana que será visitada no capítulo três, para assim, seguirmos ao capítulo quatro o qual trata de explorar a identidade pessoal a fim de compreender melhor a identidade narrativa. Com a noção de identidade narrativa, poderemos explorar o que David DeGrazia (2005) chama de projeto de autocriação, uma noção que talvez possibilite uma outra forma de abordarmos o debate de aprimoramento, ou mais precisamente, autoaprimoramento.

Palavras-chave: CRISPR-CAS9; Edição Genética; Aprimoramento; Autonomia; Identidade Pessoal.

ABSTRACT

Barra Nova, Mikael. **Personal identity and ethics: The use of CRISPR-CAS9 for human enhancement**. Uberlândia, 2023. Monograph (Graduation in Philosophy) – Graduation in Philosophy, Federal University of Uberlândia, Uberlândia, 2023.

This course conclusion work proposes to understand how the debate on improvement has currently taken place, with the intention of outlining a way of understanding and embracing the broader meaning of self-improvement. To this end, the CRISPR-CAS9 genome editing technique will be the technology that will serve as the background of the dissertation, since it is the focus of several studies and has enormous potential for application, both for treatment and improvement. The distinction between treatment and enhancement will even be addressed in the second chapter in order to understand whether a line between the two methods should be drawn or not, even if the answer to this does not compromise the direction of the discussion. Still in chapter two, it will be shown what this TCC understands as ‘improvement’. This is a question of greater importance, in which the answer dictates the way we understand the improvement and, therefore, the way we deal with the problems that arise from it. To achieve this, our position will clash with the welfarist position of philosophers such as Julian Savulescu (2020), but only in a way that allows us to further clarify the definition of improving. Having outlined the notion of improvement, it will be explained in a basic way what CRISPR is and how it works. This notion is important for the purpose of greater understanding of the topic. Therefore, it will be possible to understand why the technology has received so much attention from the scientific academy, and why the same technology has been the reason for certain moratoriums and concerns. As the title of this work predicts, we will enter the field of debate on the philosophy of personal identity. Such an investment would be justified for several reasons, but what interests us in this work is that the notion of identity is explored in an aspect that concerns people's narratives and how these narratives support an expression of an autonomous and prudential order in terms of genetic improvements. This foundation, this work hopes, consolidates an approach that tends to escape from little explanatory and well-founded constraints that are based on principles which, due to the lack of this greater foundation, lack the strength for moral action. This is the case of human dignity that will be visited in chapter three, so we move on to chapter four which deals with exploring personal identity in order to better understand narrative identity. With the notion of narrative identity, we can explore what David DeGrazia (2005) calls the project of self-creation, a notion that perhaps allows for another way of approaching the debate of improvement, or more precisely, self-improvement.

Keywords: CRISPR-CAS9; Genetic Editing; Enhancement; Autonomy; Personal Identity.

SUMÁRIO

Introdução	1
Capítulo 1: Aprimoramento	3
1.1 Bem-estarismo	7
1.2 CRISPR-CAS9	10
Capítulo 2: Dignidade humana	15
2.1 Ruth Macklin	18
2.2 Steven Pinker	21
Capítulo 3: Identidade Pessoal	25
3.1 Identidade Narrativa	31
3.2 Biohackers	35
Conclusão	38
Referências	40

INTRODUÇÃO

Tudo depende do tipo de lente que você utiliza
para ver as coisas.

Jostein Gaarder,
O Mundo de Sofia

Em 2012 foi divulgado pelas cientistas Jennifer Doudna e Emmanuelle Charpentier descobertas relacionadas a uma ferramenta de edição chamada CRISPR-CAS9. Com essa ferramenta, teoricamente, poderiam as doenças de origem genética serem erradicadas de vez. Contudo, por se tratar de edição genética, a possibilidade de outras abordagens que não visassem a propriedade curar foram levantadas. As novas biotecnologias como a Crispr-ca9 estão sendo estudadas a fim de ser implementadas em projetos de aprimoramento (*enhancement*) em um futuro próximo. No que diz respeito à natureza, os animais humanos vêm trabalhando em aprimoramento desde a domesticação de lobos e o cultivo de colheitas. A "novidade" do aperfeiçoamento é que agora temos meios de nos aprimorarmos, seja fisicamente, cognitivamente ou mesmo moralmente, abrindo um campo de possibilidades no debate bioético. Uma dessas possibilidades, quanto às pessoas se aprimorarem ou entenderem sobre o aprimoramento, está contida no conceito da autonomia, que está no cerne da bioética. A autonomia é fundamental em toda pesquisa envolvendo seres humanos e é o ponto que distingue a pesquisa entre seu caráter ético e seu caráter não ético. Isso inclui o consentimento livre e informado. Mas nossas ações são autônomas? A resposta a essa pergunta é fundamental para expressar a identidade a partir do que DeGrazia chama de autocriação. O que se desenvolve aqui é uma identidade narrativa enquanto aspecto da identidade pessoal que se preocupa com a continuidade da pessoa ao longo do tempo. Esse TCC partirá de informações básicas a respeito da biologia da técnica, para assim, através campo da identidade pessoal analisar as ponderações éticas da ferramenta.

CAPÍTULO 1

Aprimoramento (enhancement).

Somos criaturas não moldadas, apenas semiprontas, se alguém mais sábio, melhor e mais amado do que nós mesmos, tal como um amigo teria de ser, não vem prestar seu auxílio e aperfeiçoar nossa natureza fraca e falha.

Mary Shelley,
Frankenstein

Certamente a prática médica não envolve grandes mistérios sobre seu objetivo. Sua finalidade é a cura. Visa a reestabelecer uma configuração ao corpo que funcione igual ou próximo ao que costumava funcionar, de modo que, se alguém quebra um braço ou pega uma gripe, o profissional da saúde fará o que estiver a seu alcance para curá-lo; ele o tratará. Disso, podemos distinguir outras práticas que não visam à restauração de um corpo a uma configuração anterior, mas sim, elevar sua configuração (normal) a um novo patamar. Os modos de aprimoramentos são vastos e, se não aparentam ser, é porque o termo aprimoramento está começando a extrapolar as ficções científicas para se difundir na grande massa. Contudo, ainda que vastos, podem ser enquadrados em três categorias. Aprimoramento físico, normalmente verificado entre atletas, aprimoramento cognitivo, que pode ser averiguado em estudantes, e se fala em um terceiro tipo, mas ainda pouco explorado, o aprimoramento moral.

Diante do exposto, pode-se concluir que aprimoramento (*enhancement*) diz respeito aos métodos que utilizamos para elevar nossas capacidades físicas, cognitivas ou morais além do normal, ou seja, mesmo quando não estamos clinicamente doentes. Dessa forma, o aprimoramento não diz respeito ao indivíduo com TDAH (Transtorno do déficit de atenção com hiperatividade) medicado com cloridrato de metilfenidato e anfetamina, — que é recomendado para que os mesmos possam conseguir manter foco e reduzir ansiedade — mas sim ao indivíduo que não possui uma questão clínica, mas faz o uso dos mesmos medicamentos para elevar sua condição cognitiva de modo a alcançar um melhor resultado nos estudos. Atualmente, foram identificadas três categorias importantes de técnicas de aprimoramento. São elas a cirurgia cosmética, a psicofarmacologia cosmética e o aprimoramento genético.

A cirurgia cosmética inclui procedimentos cirúrgicos comumente apresentados na mídia focada em estrelas de Hollywood, como o uso de toxina botulínica (Botox), implantes mamários, lipoaspiração e cirurgia de aumento dos lábios. Esses procedimentos são principalmente intervenções de natureza estética, cujo principal objetivo é aprimorar a aparência sem afetar significativamente as funções fisiológicas ou psicológicas subjacentes. Nesse sentido, as pessoas que se submetem à cirurgia de reconstrução nasal têm como objetivo principal intervir na estética do nariz em vez de otimizar a qualidade do sono.

A psicofarmacologia estética, por sua vez, refere-se ao uso de drogas psicotrópicas por indivíduos sem diagnóstico clínico que buscam não apenas se sentirem ‘mais do que bem’, mas também adquirirem melhor desempenho cognitivo, maior capacidade de atenção, maior autoconfiança e a busca de objetivos semelhantes. Um exemplo marcante desse fenômeno é o

uso de metilfenidato (Ritalina) por pessoas que não foram diagnosticadas com transtorno de déficit de atenção/hiperatividade (TDAH), o que representa um exemplo vívido de psicofarmacologia estética.

Já os aprimoramentos genéticos são aqueles que visam a potencializar nossas capacidades atuais, de forma além de um funcionamento ‘normal’ das mesmas. Pode ser usada desde aumento de massa muscular para ganho de forma, por exemplo, até modificações nos genes a fim de criar uma imunidade a um vírus específico, como o HIV.

Parte deste TCC é transitar entre alguns dos principais pontos que rondam o debate filosófico sobre o aprimoramento. Embora inicialmente intrigante e promissora, uma análise mais sofisticada das possibilidades oferecidas por essas tecnologias revela interações complexas nos âmbitos médico, político e filosófico. No escopo médico, há as limitações da ciência atual quanto a alguns procedimentos, principalmente os relacionados à segurança clínica do aprimoramento genético. As questões relacionadas ao mosaicismos e aos eventos fora do alvo (alterações genéticas não intencionais) exigem soluções proativas para garantir a adoção generalizada dessa tecnologia. No campo político, há desconfiança por parte de quem está dentro da discussão se as futuras biotecnologias serão de algum modo acessíveis a todos, ou se seguindo as tendências do mercado, ficarão restritas a uma classe social mais privilegiada. Quanto ao campo filosófico, a integridade da natureza humana, a questão da autenticidade e da identidade do indivíduo se tornam pontos recorrentes e merecem atenção. Questões relacionadas ao escopo médico e político não serão o foco deste TCC, mas especialistas em bioética como David DeGrazia (2005) e Julian Savulescu (2020) têm se debruçado sobre elas e com algum êxito defendido que a maior parte das preocupações familiares relacionadas à justiça, igualdade, e demais preocupações recorrentes carecem de fundamentação plausível que as deem força para se tornarem por si só impedimentos. Assim, as questões de âmbito filosófico são mais atraentes para os fins aqui almejados. Mas antes de abordar quaisquer desses temas, tudo o que fora dito até aqui merece um segundo exame. Isso se deve ao fato de que na literatura filosófica a própria definição de aprimoramento se faz questionável, assim como os próprios limites da ação da medicina, ou seja, aquilo que deve fazer parte do que se entende por medicina, como diagnosticar, tratar, curar, prevenir, etc.

Começemos pela hipótese de que o aprimoramento não faz parte do escopo da medicina, como mostrado na definição dada acima. Aprimoramentos se diferenciam de tratamentos, de uma forma que à primeira vista parece sensata. Essa é uma abordagem que se pode entender como “definição de aprimoramento em termos de ir além da saúde ou de tratamento de restauração da saúde, com base em uma distinção entre tratamento e

aprimoramento”¹. (Savulescu, 2020, p. 322. Minha tradução). Um problema dessa abordagem seria a própria dificuldade que os filósofos encontram em delimitar quais são os limites da medicina; este é o motivo pelo qual, outras correntes de pensamentos decidem por não tentar definir o aprimoramento. Dentre essas, podemos citar uma abordagem que podemos chamar de ideológica, mas que não oferece para fins deste TCC qualquer valia de tentativa de defesa, pois tal abordagem não se mostra útil à discussão que se tenta levantar aqui. Ao não delimitar uma definição de aprimoramento poderia acarretar numa ambiguidade, ou seja, poderia levar a interpretações variadas e equivocadas. Basta dizer por hora que tal abordagem não parece, a princípio, uma boa saída para a solução das questões que circundam o tema. Ela apenas transfere para os fins a discussão moral, ou seja, resume-se a discutir o certo e errado deixando de lado qualquer valor como meio que uma definição de aprimoramento pudesse ter, no sentido de demarcar bem se métodos de aprimoramento são, de fato, métodos de aprimoramento ou tratamento. Se há ou não essa delimitação é um tópico importante que tal visão (ideológica) não abarca. Ao invés de tentar fugir de uma definição, proponho que comecemos por tentar distinguir o que o aprimoramento não é, ao invés de começar a defender o que ele é, ainda que na tentativa de eliminar uma já indique outra possibilidade.

Ao descrever previamente os tipos de aprimoramento (estético, psicofarmacológico e genético) e seus efeitos nas pessoas que os buscam, evitei deliberadamente o emprego de termos como ‘melhor’ e ‘melhorar’, ao menos por enquanto. Isso porque na contramão de autores brasileiros, como Marco Antonio Azevedo (2016), Jefferson Dias (2018), Rubia Sorrilha (2018), Murilo Vilaça (2021), quero destituir o termo aprimoramento da noção de melhoria, ou ‘melhoramento’ como é recorrentemente denominado ‘*enhancement*’. Isso se deve à minha preocupação mútua com Erik Parem quando diz que alguns acreditam que “o termo aprimoramento é tão carregado de suposições errôneas e tão propício a abusos que nem deveriam usá-lo”². (Parens *apud* Savulescu, 2020, p. 322. Minha tradução). Certamente não concordo com a ideia de abandonar completamente o termo, em vez disso, proponho que devamos nos esforçar para desvinculá-lo de uma ambiguidade que intuitivamente parece estar correlacionado ao aprimoramento, como é o caso do ‘melhoramento’. Ainda que pareçam denotar o mesmo, há pequenas diferenças que geram mudanças interpretativas, principalmente no campo bioético. A ambiguidade no termo existe pois pode tanto significar (1) o aprimoramento do funcionamento do corpo da espécie *Homo sapiens*, como significar,

¹ “[...] define enhancement in terms of going beyond health-restoring treatment or health, based on a distinction contrasting treatment versus enhancement.”

² “[...] enhancement is so freighted with erroneous assumptions and so ripe for abuse that we ought not even to use it.”

em termos bioéticos, (2) a melhoria da vida da pessoa humana. E esse último é o valor que vem carregado ao termo a que Erik Parem se referia. E é esse o valor que defendo que tenhamos que eliminar. Enquanto eu defendo que aprimoramentos são destituídos de algum valor como ‘Bom’, — mas ainda assim justificados em algo que David DeGrazia (2005) denomina projeto de Autocriação — Savulescu acredita que “a melhoria é alguma mudança no estado da pessoa - biológica ou psicológica - que é boa.”³ (Savulescu, 2020, p. 324. Minha tradução). Ele é adepto de uma corrente filosófica chamada de Bem-estarismo, sendo um dos principais, se não o principal, defensor da abordagem, e ele traduz ‘Bom’ como qualidade de vida no sentido de bem-estar.

1.1 Bem-estarismo.

De acordo com essa abordagem, aprimoramento é “qualquer mudança na biologia ou psicologia de uma pessoa que aumente as chances de levar uma vida boa nas circunstâncias C.”⁴ (Savulescu, 2020, p. 324). Vou me abster aqui de discutir sobre as questões restritivas ou naturalistas de definições de doenças ou de saúde. Basta considerar que para Savulescu (2020), a linha entre tratar e aprimorar é consideravelmente tênue. Isso pode ser observado ao averiguar o exemplo do QI. Savulescu o expõe assim:

Por exemplo, a baixa inteligência é definida como deficiência intelectual e tratada como uma doença quando o QI fica abaixo de 70. Na concepção naturalista de doença e a definição restrita de aprimoramento, aumentar o QI de alguém de 60 para 70 é o tratamento de uma doença e aumentar o QI de alguém de 70 para 80 é um aprimoramento.⁵ (Savulescu, 2020, p. 325. Minha tradução).

Esse exemplo pode ser análogo ao tratamento hormonal para crianças baixas, nas quais ‘ser baixo’ decorre de um mal desenvolvimento hormonal diferentemente, por exemplo, daquelas crianças que são baixas em vista de seus pais serem baixos. Ambos os casos utilizam tratamento hormonal para crescer. Assim, para Savulescu (2020), os “tratamentos são aprimoramentos. Os tratamentos são uma subclasse de aprimoramentos. As doenças são uma subclasse das deficiências.”⁶ (Savulescu, 2020, p. 325. Minha tradução).

³ “The improvement is some change in state of the person—biological or psychological—which is good.”

⁴ “Any change in the biology or psychology of a person which increases the chances of leading a good life in circumstances C.”

⁵ “For example, low intelligence is defined as intellectual disability and treated as a disease when IQ falls below 70. On the naturalistic conception of disease and the narrow definition of enhancement, raising someone’s IQ from 60 to 70 is treating a disease and raising someone’s IQ from 70 to 80 is enhancement.”

⁶ “Treatments are enhancements. Treatments are a subclass of enhancements. Diseases are a subclass of disabilities.”

Há alguns problemas com a abordagem do bem-estarismo. O principal deles é com o qual estou movido a eliminar, a saber, que é basear o aprimoramento seja ele qual for ‘em termos de melhoria’. Nesse caso, melhoria seria igual a bem-estar. O problema pode ser posto assim:

- a. Para o bem-estarista, devemos maximizar o bem-estar, o qual pode ser entendido como a qualidade de vida possibilitada pela melhoria de vida das pessoas;
- b. O aprimoramento gera melhoria de vida;
- c. Logo, devemos realizar o aprimoramento e maximizar o bem-estar.

‘A’ e ‘c’ parecem estar corretos enquanto há em ‘b’ um problema de conteúdo, pois melhoria de vida como fora empregado está ambíguo. ‘Melhoria’ em ‘a’ se refere a algo subjetivo, inerente à vida de cada um, e nesse sentido poderia ser gerada no ato de matricular-se numa oficina de yoga ou numa academia. Esses atos geram qualidade de vida. Mas ‘melhoria’ em ‘b’ significa uma elevação nos estados físicos ou mentais de uma pessoa decorrentes do aprimoramento. Melhoria em ‘b’ é um termo simplesmente técnico e sem conotação de ‘bom’ no sentido em que Savulescu quer, de modo que não conota ‘melhor do que antes’. Se assim o fosse, denotaria uma unidade metafísica da pessoa humana como estática, o que não é o caso, como é muito bem compreendido pelos funcionalistas, a exemplo de Maria Clara Dias (2016):

A ausência de uma natureza humana, com fragilidades e habilidades plenamente identificáveis, faz também da superação do humano uma hipótese vazia. Não conhecemos limites para nossa atividade fagocitária, nosso único limite é o mundo que, como nós, é também dinâmico e amorfo. (Dias, 2016, p. 355).

Aqui novamente, há algumas ressalvas; (1) não quero me comprometer com o funcionalismo, mas, antes, com a ideia (2) de ausência de uma natureza humana, o que faz da superação do humano uma hipótese vazia. Veja, (2) está correto só se entendermos melhoria no sentido ‘melhor do que antes’, mas não se a entendermos no sentido de aprimoramento, de magnificar, elevar, aumentar, de modo que, não é porque não há uma natureza fixa que não possamos falar de aprimoramento. O exemplo do QI corrobora isso — dado que não é por ‘não haver em ‘b’ uma natureza fixa’ que não se possa notar (sentido empírico), que há o que possa ser maximizado — tanto que gera confusão entre os filósofos. Assim, concordo que a ausência de uma natureza não dá limites para nossa atividade fagocitária, e dessa forma o é porque não temos uma meta ou um ideal de pessoas ou um ideal de ser humano para atingirmos. Antes, há apenas o que somos (sentido atual) o que estaremos a aprimorar, ou

seja, elevar (sentido potencial). Logo, melhorar/melhor/melhoria devem ser compreendidos em termos de aprimoramento e não do senso comum.

Destarte, a ambiguidade de ‘b’ (o aprimoramento gera melhoria de vida) leva a uma confusão quando digo que há uma diferença entre considerar aprimorar-se para melhorar a qualidade de vida e acreditar que aprimorar-se irá melhorar a qualidade de vida de alguém. Enquanto a primeira denota o que pode ou não decorrer após o aprimoramento, a segunda diz algo sobre uma crença que poderia ser mais facilmente alcançada fazendo, por exemplo, yoga. O mesmo pode ser dito quanto ao bem-estar; uma coisa é aprimorar-se para aumentar o bem-estar (como consequência) e outra é acreditar que se aprimorar irá aumentar o bem-estar (como motivo). O segundo bem-estar é análogo à categoria de melhoria no sentido da academia e das aulas de yoga. Com isso não se segue que um não resulte do outro, mas apenas que em detrimento de persegui-los — no caso do segundo grupo de suposições — parece um tanto quanto imprudente; um exemplo esdrúxulo disso seria, um estudante querer se submeter a um procedimento genético o qual faça-o perder Qi apenas para ver o “quão legal isso poderia ser”. O que certamente não se torna um bom parâmetro moral para se aprimorar, beirando o que DeGrazia (2005) chama de ‘motivos frívolos’.

O que quero dizer é que o bem-estar pode ser uma consequência, ou não, do ato de aprimorar-se, a depender apenas do que ele conota. Mas a busca por aprimorar-se carece de algo anterior mais importante do que o resultado, que é o ‘porquê’ de mudar. Na concepção de DeGrazia (2005), é a insatisfação que nos leva a um projeto de autocriação, isto é, um autocomprometimento, e isso, claro, pode acarretar no aumento do bem estar das pessoas. Mas, para fins de argumentação, o bem-estar em nível individual não é garantido, e em nível abrangente não se torna um bom marcador para aprimorar-se, isso porque não dá para demarcar um padrão de bem-estar.

Mesmo não sendo possível demarcar um padrão de bem-estar, Savulescu (2020) deixa claro que a noção pode abarcar bem-estar físico ou mental. Não se trata de demarcar um padrão, mas apenas apontar onde os aprimoramentos ocorrem, estados de coisas que podemos intervir mesmo sem apelar ao bem-estar. O aprimoramento deveria ser permissivo não porque permite o bem-estar, mas porque é uma expressão de nossa autonomia.

Questiona-nos Savulescu (2020, p. 326. Minha tradução): “ao aceitar a definição bem-estarista de aprimoramento, a questão de quando devemos aprimorar se torna: Quando devemos aumentar o bem-estar humano?”⁷. Ao fazer esse questionamento o filósofo acredita

⁷ “By accepting the Welfarist definition of enhancement, the question of when should we enhance becomes: When should we increase human well-being?”

estar mudando o foco do debate do aprimoramento para uma forma produtiva, pois, afinal de contas, “quando o aprimoramento é entendido como uma intervenção que aumenta as chances de uma pessoa ter uma vida boa, é difícil ver como poderia haver alguma objeção à tentativa de melhorar a vida das pessoas.”⁸ (Savulescu, 2020, p. 326. Minha tradução). Não há muito o que comentar a não ser observar que novamente o problema de B se repete. Afinal de contas, o que aumentar o bem-estar significa? Apenas qualidade de vida? Mas isso não é garantido. Quando chega ao ponto dele tocar no que constitui a vida boa, ele se esquivava e parte para o próximo tópico, e fazendo isso deixa uma lacuna no que consiste bem-estar, a não ser um pensamento circular, a saber, o bem-estar gera vida boa e a vida boa gera bem-estar.

Assim sendo, reforço que a questão deveria ser ainda; quando devemos nos aprimorar? E a resposta a isso é a seguinte: quando tivermos um projeto de autocriação. Sobre isso, falarei mais a frente. Parece-me uma abordagem mais forte, inclusive moralmente, já que um projeto de autocriação está enraizado na autonomia, um princípio que às vezes parece ser sacrificado pelos bem-estabilistas em prol de padrões de bem-estar que ninguém sabe delimitar o que seria.

Para encerrar a questão de definição, sugiro para fins deste trabalho, que entendamos aprimoramento como sendo distinto de tratamento, como descrito na primeira vez nesta sessão. Ainda que concorde com Savulescu (2020) quanto à imprecisão e problemas que tal definição venha ter, acredito, ainda assim, que uma distinção desse tipo se mostra, por motivos inclusive de argumentação, plausível e aceitável. Sugiro também, que a partir desse ponto os termos ‘melhoria’, ou ‘melhoramento’ se utilizados, agora poderão ser destituídos do sentido ‘ser melhor que antes’. O que por definição traz consigo um sentido de comparação, inclusive com outras pessoas — é que em ambos os casos ‘comparação’, aqui, denota uma natureza estática (tanto em vista do que a pessoa era antes de aprimorar-se, como em vista da pessoa aprimorada ser uma ‘métrica’ para não aprimorados), que estamos tentando abandonar — e passe a ter o sentido que o tema pede. Ou seja, ‘aprimoramento’ no sentido de elevar, magnificar etc. Tendo essa distinção em mente, não há por que se esquivar de palavras como melhor/melhoria. Chegando a uma maneira de lidarmos com o aprimoramento, passamos a vislumbrar uma ferramenta importante para o debate contemporâneo, o Crispr-Cas9.

1.2 Crispr-Cas9.

⁸ “When enhancement is understood as an intervention which increases the chances of a person having a good life, it is hard to see how there could be any objections to trying to make people’s lives go better.”

Desde o início da década passada, um campo que vem se destacando é o das ciências biológicas. Uma de suas subáreas mais relevantes é a genética, e amostras disso são encontradas desde seu envolvimento no combate a SARS-CoV-2 até as novas biotecnologias que tem a oferecer. O Projeto Genoma Humano, com três bilhões de dólares investidos em sua criação, em cooperação com diversos países, ajudou a decifrar o ‘livro da vida’. Em 2003, o projeto iniciado em 1990 terminou com o mapeamento bem-sucedido da maioria dos pares de bases dos 23 pares de cromossomos do genoma humano, objetivo que foi totalmente alcançado em 2021.

Em 2012, as pesquisadoras Jennifer Doudna e Emmanuelle Charpentier, ambas da Universidade de Berkeley, Califórnia, EUA, publicaram um artigo sobre uma nova técnica de edição de genoma, o sistema CRISPR-CAS9 (a partir daqui referido como CRISPR) um acrônimo para *Clustered Regularly Interspaced Short Palindromic Repeats*. O sistema pode ser entendido como uma tesoura molecular, porque sua função é a de cortar um filamento de DNA considerado defeituoso e anexar em seu lugar um novo filamento sem defeito. Mas, como isso acontece? As bactérias, assim como os humanos, são infectadas com vírus e, ao longo dos anos, a seleção natural criou alguma vantagem ao armazenar pequenos fragmentos de DNA viral e armazená-los em um local em seu genoma chamado CRISPR. Essa região bacteriana específica é como um diretório (ou uma biblioteca) onde se armazenam essas informações, e então as mesmas informações os ajudarão a combater futuras infecções pelo mesmo vírus. Esse material viral armazenado seria então integrado em conjunto com o DNA bacteriano (daí o repetidor palíndromo) e frequentemente intercalado por DNA não codificador. Na próxima infecção, a bactéria sequenciará rapidamente o DNA desse vírus, e com uma nuclease chamada Cas9, uma enzima que, como qualquer outra enzima, agirá cortando os nucleotídeos guiada por uma fita de RNA-guia a um fragmento programado (alvo), cortando a dupla hélice do DNA e inserindo uma nova sequência, um novo fragmento em seu lugar, inativando assim a infecção viral por esse material não codificador. Essa capacidade extraordinária das bactérias foi descoberta em 2007, e, em 2012, Jennifer Doudna e Emmanuelle Charpentier repensaram seu uso.

Em 2015, o primeiro experimento com CRISPR foi realizado na China com 86 embriões não-viáveis (ou seja, impossibilitados de serem implantados gerando uma gravidez) com o objetivo de encontrar a cura para a talassemia beta, uma doença genética que afeta a produção de hemoglobinas. Em decorrência disso, uma moratória sobre pesquisas relacionadas à edição de células humanas foi criada, o que levou ao estabelecimento, no mesmo ano, de um fórum internacional denominado "Cúpula Internacional sobre Edição do

Genoma" em Washington DC. Ainda assim, em 2016, outros países receberam luz verde para experimentos envolvendo CRISPR e embriões, incluindo Estados Unidos, Reino Unido e Suécia, que seguiram a recomendação da cúpula de que em nenhum caso os embriões podem ser usados para gerar uma gravidez. Embora todos tenham seguido as recomendações, a Suécia optou por usar embriões viáveis, isso porque os embriões não-viáveis, mesmo que sejam mais usados não havendo grandes comoções (pelo menos não como no passado) ainda são anormais, e em pesquisas científicas de rigor mais elevado isso poderia gerar resultados imprecisos. Mas, se as pesquisas se destinavam a algo ‘bom’, a cura de uma doença, por exemplo, por que houve uma comoção negativa sobre isso a ponto de se criar uma moratória? A resposta a isso é uma preocupação que a comunidade científica tinha em relação aos usos da ferramenta que, em 2018, acabou se comprovando fundada. No fim de 2018, o biofísico He Jiankui⁹ anunciou ter editado o gene de duas gêmeas com o CRISPR-Cas9 de pais HIV positivos¹⁰. Ao todo a experiência foi realizada em sete casais, todos eles com homens HIV positivos. Além das duas gêmeas, posteriormente foram confirmados os rumores de um outro bebê. Todo o caso foi acompanhado de perto pela comunidade científica, e o consenso era de que a experiência fora irresponsável e antiética. Isso pois passou por cima de todo o consenso da época acerca da manipulação genética em embriões e do comitê de ética. A princípio as gêmeas poderão ter uma vida saudável e tranquila, mas o fato é que não há o que corrobore isso a longo prazo, não há estudos suficientes.

O erro do biofísico está em seu julgamento sobre os riscos envolvidos em seu experimento. Resumidamente, um julgamento de riscos. Quando se trata de experimentos com seres humanos, a relação é análoga à déficit ou superávit, ou seja, se os benefícios provenientes superam os riscos possíveis. É óbvio que adquirir imunidade contra o HIV é um grande benefício, mas, como aponta Singer e Savulescu (Singer & Savulescu, 2019, p. 221), os riscos possíveis nesse caso não são evidentes, devido à grande área cinza envolta das ramificações de genes. Pouco se sabe, até o momento, do sequenciamento do DNA, havendo determinados trechos específicos sobre os quais ainda não se sabe a função. Uma determinada sequência X, por exemplo, pode interagir com outra Y fazendo uma doença se manifestar, além dos problemas de *off-target* (fora do alvo) que isso poderia causar. A dupla de filósofos,

⁹ Nascido em 1984 é um cientista chinês com formação nas Universidade Rice (2007–2010), University of Science and Technology of China (2002–2006). Primeiro a utilizar o CRISPR-Cas9 ferramenta de edição do genoma em embriões de sete casais voluntários cujos homens eram HIV positivo, resultando em 3 crianças, duas delas sendo gêmeas com o DNA modificado. Após uma comoção pela comunidade científica, foi condenado e desligado da universidade onde trabalhava por condutas antiéticas em sua experiência.

¹⁰ Marchioni, M. (2018). Chinese researcher claims first gene-edited babies. AP News. Retrieved from <https://www.apnews.com/4997bb7aa36c45449b488e19ac83e86d> [Acessado em Outubro 26, 2023].

no entanto, acredita que há casos melhores que poderiam justificar a edição de genes, como aqueles em que o embrião tivesse um distúrbio catastrófico de um gene. Os riscos de *off-target* estão lá, porém não são piores que o destino desses mesmos embriões caso não recebessem a edição (Singer; Savulescu, 2019, p. 221). Poder-se-ia objetar que o HIV é uma doença para qual não há cura, e que os benefícios, então, serão maiores do que os riscos. Porém, algo que não pode ser esquecido é que dentre as gêmeas cujo gene (CCR5) foi modificado, apenas uma teve ambas as cópias modificadas, tornando-a imune (possivelmente imune), enquanto a outra teve apenas uma cópia modificada, tornando-a ainda suscetível ao HIV. Ou seja, não são portadoras do vírus, e as chances de contraírem são as mesmas de uma pessoa não submetida à edição. Não há, dentro do critério de riscos e benefícios o que justifique a edição, e esse foi o erro de julgamento de He Jiankui. Ou seja, as preocupações da comunidade científica e dos eticistas da época, não eram tão incabíveis assim.

Antes da ascensão do CRISPR, outras ferramentas de edição genômica já eram utilizadas e, dentre elas, duas destacavam-se, a *ZINC-Finger* e a *TALENS*. O que faz com que o CRISPR se diferencie então? Como já mencionado, o projeto genoma foi um marco científico de investimento bilionário, e era de se esperar que a partir de 2003 fossem desenvolvidos métodos laborais mais baratos, como de fato o foi, mas o CRISPR conseguiu ser o mais barato, de modo que os laboratórios não precisavam investir uma quantia de dinheiro para pesquisas com ferramenta de edição genética tão exacerbada como antes. E essa é a primeira diferença. Pesquisas com o CRISPR, aliás, eram tão viáveis que vários laboratórios ao redor do mundo investiram suas pesquisas em países como China, EUA, Inglaterra, Suécia dentre vários outros. E a expansão dessas mesmas pesquisas foi o que levou à criação de uma regulamentação com bases éticas, moratórias e declarações como a de 2015 na Cúpula Internacional sobre Edição Genética Humana em Washington DC. Já havia algumas outras que vieram antes, a Declaração Universal sobre o Genoma Humano e os Direitos Humanos (1997), a Declaração Internacional sobre os Dados Genéticos Humanos (2004), Declaração Universal de Bioética e do Genoma Humano (2005) por exemplo.

Voltando às idiossincrasias do CRISPR, o segundo motivo que o diferencia dos outros sistemas, e talvez esse seja o motivo crucial, é que ele é consideravelmente mais preciso, o que certamente acelerou o que seriam décadas de pesquisas em uma única. Há dois tipos predominantes de edição genômica; as que são feitas em células germinativas (gametas), e as que são feitas em células somáticas (todas as outras células que não sejam gametas). O debate mais ativo sobre o tema é a utilização do CRISPR em células germinativas em embriões. Porém, essa prática ainda é questionável mesmo quando se trata de modificar células

somáticas. Por quê? Fora os levantados no campo filosófico acima (autenticidade, identidade que ainda serão discutidos), o motivo mais demarcado pela literatura atual é o ferimento à dignidade humana (que também será debatida). Quanto à área tecnológica é que a ferramenta carece de mais estudos a fim de entender melhor os aspectos mais gerais a longo prazo envolvendo futuras gerações (o que acaba sendo de interesse da filosofia também); afinal, trata-se de uma ferramenta de grandes possibilidades, positivas e negativas. A ferramenta proporciona chances reais de erradicar doenças de origem genética. Ao mesmo tempo, o sistema pode criar eventos irreversíveis a longo prazo se não for usado com o devido cuidado.

CAPÍTULO 2

Dignidade Humana.

Elizabeth: Booker, você tem medo de Deus?
Booker: Não, eu tenho medo de você.

Elizabeth e Booker,
Bioshock Infinite

A bioética é o campo filosófico que visa a tratar, dentre outras questões, os temas relacionados às pesquisas feitas com seres vivos, o que inclui o animal humano, dentre os quais, questões como aborto, clonagem, aprimoramento genético etc. Muito provavelmente, decorrente da tradição aristotélica, ou talvez, helenística como um todo, fora pontuado nos animais humanos, uma distinção dos demais animais como a razão. Outra diferença, dessa vez valorativa, que nos distingue é, por exemplo, a dignidade. Tanto é que se faz, às vezes, questão de se pontuar dignidade ‘humana’. O acervo literário em bioética é extenso, e a cada ano surgem novos dilemas e problemas relacionados. Há pouco tempo atrás, não se discutia tanto sobre xenotransplante (transferir cirurgicamente partes como tecidos, órgãos, de determinada espécie para outra), e menos ainda sobre o CRISPR. E nessa vasta gama de trabalhos acadêmicos, tanto filosóficos quanto de direito - uma vez que a bioética é um campo muito propício para o estreitamento da linha entre as duas áreas - recorrentemente se encontra o conceito de dignidade humana usado à exaustão e sem muita responsabilidade teórica. A dignidade para alguns autores é algo sob o qual toda a bioética repousa, e argumentam que se trata de um conceito deveras complexo; afinal de contas, trata-se de algo ‘intrínseco’ ao animal humano. Mas esse aspecto intrínseco é relativamente novo se considerarmos que a etimologia da palavra dignidade encontra seu correspondente mais longínquo em *dignitas* do latim. Nessa busca por um correspondente antigo, chegaríamos ao filósofo Cícero.

Podemos muito bem supor, no entanto, que Panaetius, um filósofo estóico do período romano e a ‘fonte’ grega de Cícero para Sobre Deveres, tinha uma palavra para o conceito, a menos que todas as passagens em que ocorre *dignitas* nessa obra fossem acréscimos de Cícero (o que é possível, é claro). Possivelmente Panaetius usou *timē* (geralmente traduzido como ‘honra’), já que Aristóteles, um autor que Panaetius admirava, usa esse termo na Ética a Nicômaco como o fim da vida na política, dizendo que parece depender de quem o confere e que os homens buscam ser honrados por homens de sabedoria prática com base em sua virtude (1.5.1095 b 23-30). Como veremos, a noção de aprovação externa e de aprovação merecida pertencem ambas ao latim *dignitas*. Finalmente, a fonte mais completa do sentido romano de *dignitas* é, de fato, Cícero, que estava particularmente interessado em filosofia. (Griffin, 2017, Pág. 48-49. Minha Tradução).¹¹

Como visto acima, o conceito *dignitas* tinha certa similitude com o conceito de honra, e de fato era usado, inclusive por Cícero, contendo certos atributos embutidos em honra como

¹¹ “We may well assume, however, that Panaetius, a Stoic philosopher of the Roman period and Cicero’s Greek ‘source’ for On Duties, had a word for the concept, unless all the passages in which *dignitas* occurs in that work were additions by Cicero (which is possible, of course). Possibly Panaetius used *timē* (usually translated as ‘honor’), since Aristotle, an author Panaetius admired, uses that term in the Nicomachean Ethics as the end of the life in politics, saying that it appears to depend on those who confer it and that men seek to be honored by men of practical wisdom on the ground of their virtue (1.5.1095b23–30). As we shall see, the notion of outside approval and of approval that is deserved both belong to the Latin *dignitas*. Finally, the fullest source for the Roman sense of *dignitas* is, in fact, Cicero, who was particularly interested in philosophy.”

por exemplo, o merecimento, o valor que era a ele investido aos virtuosos e aos que tinham a voz de comando, “a capacidade de usar a autoridade e a influência de alguém para fazer as coisas” (Griffin. 2017, p. 52). Destarte, percebe-se que a *dignitas* se difere em partes essenciais para nossa compreensão do que vem a ser dignidade. E talvez, a mais importante dessas diferenças seja que o conceito de *dignitas* englobava mais do que apenas animais humanos, como também cães, plantas, de modo que, ao contrário do que muitos poderiam imaginar:

Pelo menos nos primeiros mil e quatrocentos anos do pensamento cristão no Ocidente, *dignitas* tinha o mesmo significado que tinha na literatura e na filosofia romanas. Ela não significava um tipo especial de valor possuído apenas por seres humanos, ou mesmo apenas por seres vivos. Era uma palavra latina comum com uma ampla gama de significados, incluindo um puramente estético, de modo que as pessoas falavam da *dignitas* de discursos, poemas e edifícios, bem como da *dignitas* de Deus, dos anjos e dos seres humanos. Embora a palavra fosse usada com frequência para significar alto valor ou importância, não havia nada de incoerente na afirmação de que tudo o que foi criado por Deus tem *dignitas*, desde os anjos do céu até as coisas terrenas mais baixas.¹² (Kent, 2017, p. 78. Tradução minha).

Na literatura cristã ocorre o atrelamento da dignidade a qualidades geralmente empregadas aos animais humanos, como a razão. Isso se relaciona também ao Ser-humano ter sido criado à imagem e semelhança de Deus (*imago Dei*). Porém há divergências e tantas interpretações sobre o que o animal humano teria de tão intrínseco, e o quanto isso teria uma expressão significativa. Afinal de contas os anjos também foram criados a imagem de Deus, e de acordo com o pensamento dominante os anjos estão hierarquicamente acima dos homens mortais, assim, poderíamos falar em diferentes níveis de dignidade?

Não seria exagero dizer que a dignidade não é a mesma depois de Kant. O sentido que atravessou os anos após o filósofo é que a dignidade dá ao animal humano o direito de exigir tratamento digno. Para não recair em uma mera tautologia, vale explicitar que, para Kant, a humanidade em si é uma dignidade, e essa é a base da célebre tese da não instrumentalização humana de Kant, ou seja, não tratar o ser humano como meio para um fim. De modo que “aqui Kant transforma a relação entre dignidade e respeito ao redor: não é que se deva

¹² “For at least the first fourteen hundred years of Christian thought in the West, *dignitas* had the same meanings that it did in Roman literature and philosophy. It did not signify a special kind of worth possessed only by human beings, or even only by living beings. It was an ordinary Latin word with a wide range of meanings, including a purely aesthetic one, so that people spoke of the *dignitas* of speeches, poems, and buildings as well as the *dignitas* of God, angels, and humans. While the word was often used to signify high value or worth, there was nothing incoherent about the claim that everything created by God has *dignitas*, from the angels of heaven all the way down to the lowest earthly things.”

respeitar os outros porque eles têm dignidade, mas outros têm dignidade porque devem ser respeitados!” (Sensen, 2017, p. 260. Minha tradução). O conceito pode não ter sido o mesmo após Kant, mas isso não significa que fora Kant a mudá-lo de modo que:

[...] na famosa passagem ‘Fundamentos’, onde Kant parece definir ‘dignidade’ como ‘valor absoluto’ (GMS 4:434-36), ele pergunta por que uma pessoa moralmente boa cumpre a lei moral (cf. GMS 4:434). A sua resposta é porque a moralidade tem um valor absoluto ou superior, e é esse valor superior que exige respeito. Contudo, ‘dignidade’ aqui expressa apenas que o valor moral é superior a outros valores, e não que a dignidade seja em si um valor. Por outras palavras, todo valor absoluto tem uma dignidade, mas nem toda dignidade tem um valor absoluto (na medida em que deve ser perseguido – como revela o exemplo da dignidade da matemática).¹³ (Sensen, 2017, p. 245-246. Minha tradução).

Há dois motivos pelo qual me permiti essa sucinta introdução à historicidade da dignidade; (1) porque faz-se necessário entender em que sentido o termo se relaciona com as atuais tecnologias de aprimoramento, e entender como o conceito de dignidade varia, não só em relação ao que constitui o próprio conceito, mas como nele há acréscimo ou decréscimo de outros pormenores, como que ficasse a critério de quem o acolhe ‘recortar’ o que melhor nele se expressaria a bel uso, o que me leva à (2) dizer que dignidade, como sustentarei a seguir, é um conceito vazio, e seu emprego na bioética, talvez, inútil.

2.1 Ruth Macklin

O objetivo de aprimorar os indivíduos e a espécie humana por meio da engenharia dos genes relacionados a algumas características e traços não deve ser confundido com os projetos bárbaros de eugenia que planejavam a simples eliminação de seres humanos considerados "imperfeitos" em uma base ideológica. No entanto, afeta o princípio do respeito pela dignidade humana de várias maneiras. Enfraquece a ideia de que as diferenças entre os seres humanos, independentemente da medida de sua dotação, são exatamente o que o reconhecimento de sua igualdade pressupõe e, portanto, protege. Ele introduz o risco de novas formas de discriminação e estigmatização para aqueles que não podem pagar por esse aprimoramento ou simplesmente não querem recorrer a ele. Os argumentos que têm sido produzidos a favor da chamada eugenia liberal não superam a indicação de

¹³ “[...] in the famous Groundwork passage where Kant seems to define “dignity” as “absolute value” (GMS 4:434–36), he asks why a morally good person abides by the moral law (cf. GMS 4:434). His answer is because morality has an absolute or higher value, and it is this higher value that exacts respect. However, “dignity” here expresses only that moral value is higher than other value, not that dignity is itself a value. In other words, all absolute value has a dignity, but not every dignity has an absolute value (in that it should be pursued—as the example of the dignity of mathematics brings out).”

aplicar o limite das razões médicas também neste caso.¹⁴ (Unesco, 2015. Tradução minha).

Após o começo dos experimentos envolvendo o uso de CRISPR em embriões, aqueles 86 na China mencionados, a UNESCO (A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) emitiu um relatório no qual o trecho acima foi retirado. Quatro pontos relevantes estão contidos ali; (1) em cinco linhas, faz-se uma diferenciação-chave entre o que era tido como eugenia e sua instrumentalização no nazismo, e o que se tem hoje como aprimoramento genético, deixando claro que não são o mesmo, o que acaba por ser suficiente para não ter de se fazer um tópico destinado apenas a esse tema, assim como, (2) introduz algumas preocupações com a desigualdade que o emprego da tecnologia poderia causar, o que na concepção deste TCC se mostra, de fato, um argumento relevante, mas que não possui forças para uma proibição ou algo do gênero, como uma moratória. (3) Há uma preocupação com os limites que a medicina deve acatar com o avanço da tecnologia, em vista da ‘eugenia liberal’, ou, como será tratado aqui, ‘eugenia comercial’ por denotar o tom ‘cru’ que a prática exige. Mas o mais importante no trecho acima é (4) o uso vazio da dignidade humana. Há toda uma elucidação prudencial em torno dos outros tópicos, mas, quanto à dignidade, basta dizer que ela será desrespeitada, como se já estivesse previsto no termo uma carga categórica sem a necessidade de elucidar o que nela está contido, ou o que exatamente está sendo ferido. Há uma razão para isso, que é pelo conteúdo fantasmagórico do conceito.

Antes de continuar, faz-se necessário ressaltar que a argumentação não se encaminha diminuir qualquer valor ou importância que uma vida humana tem e venha ter. Nem é, por outro lado, uma abordagem marginalizada de como proceder com o avanço tecnológico, como ele venha a se desenvolver no futuro próximo, de modo que não se trata apenas de uma tentativa de escamotear um conceito tão caro à sociedade. Trata-se de demonstrar, ou ao menos tentar, que o conceito não é uma boa métrica para decisões prudenciais ou categóricas, e ao invés do emprego da dignidade sugerir a consideração da identidade narrativa de cada um como uma aposta mais eficiente.

Em que consiste a dignidade? Falta de resposta não há, e parte dela já foi apresentada, sendo tida como valor intrínseco do ser humano. Já foi tida como uma espécie de honraria, direito a tratamento respeitoso, não-degradante nem humilhante, a não ser tratado como meio, ou seja, a não ser objetificado, e, além dessas, uma foi outra fora notada:

¹⁴ UNESCO. (2015). “Report of the IBC [International Bioethics Committee] on updating its reflection on the human genome and human rights”. Paris: UNESCO, 2 de outubro, p. 27.

Em um sofisticado exame moderno de dignidade, Beyleveld e Brownsword também afirmam que "o direito de escolher é uma expressão básica de dignidade de alguém" (2001: 242). Dignidade, em outras palavras, é para eles pensada como estando embutida no próprio direito de escolher a si mesmo, independentemente da escolha particular que alguém faça. Assim, a dignidade está intimamente ligada ao direito à autonomia.¹⁵ (Bagaric; Allan, 2006. p, 264. Minha tradução).

Uma filósofa americana que concordaria com Beyleveld e Brownsword (2006) quanto a essa definição é Ruth Macklin (2003). Para ela, as referidas 'bases' mencionadas acima são meros slogans e que dignidade é um conceito vazio. Em seu texto *Dignity is a useless concept: It means no more than respect for persons or their autonomy* ela discorre:

[...] a Lei da Morte Natural da Califórnia de 1976, começava: "Em reconhecimento da dignidade e privacidade que os pacientes têm o direito de esperar, o Legislativo declara que as leis do Estado da Califórnia reconhecerão o direito de uma pessoa adulta emitir uma diretiva por escrito instruindo seu médico a suspender ou retirar procedimentos de suporte vital no caso de uma condição terminal." Nesse contexto, a dignidade parece ser nada mais do que o respeito pela autonomia. Comentando o aparecimento deste uso vago em relação ao tratamento de fim de vida, uma comissão presidencial dos EUA observou: "Frases como... 'morte com dignidade... têm sido usadas de formas tão contraditórias que os seus significados, se é que alguma vez foram claros, tornaram-se irremediavelmente turvos."¹⁶ (Macklin, 2003, p. 1419. Minha tradução).

Macklin (2003) nota usos diferentes de dignidade no contexto médico como, por exemplo, em casos em que estudantes de medicina praticam processos de intubação em cadáveres recentes, e ocorre de a área médica acusar isso de ser uma violação à dignidade. A filósofa, no entanto, não vê como o poderia ser, uma vez que se trata de um cadáver (Macklin, 2003, p. 1419-1420). Vale ressaltar que Macklin (2003) está analisando os diferentes empregos da dignidade em uma lente em que ela aparenta ser um mero *slogan* para autonomia, o que não leva em conta que, para outros eticistas, possa estar sendo uma questão de violação do respeito no trato dos cadáveres, uma vez que ainda mantém as características

¹⁵ "In a sophisticated modern day examination of dignity, Beyleveld and Brownsword also contend that "the right to choose is a basic expression of one's dignity" (2001: 242). Dignity, in other words, is for them thought to be embedded in the very right to choose itself, irrespective of the particular choice that one makes. Thus, dignity is closely linked to the right to autonomy."

¹⁶ "[...] the California Natural Death Act 1976, began: "In recognition of the dignity and privacy which patients have a right to expect, the Legislature hereby declares that the laws of the State of California shall recognize the right of an adult person to make a written directive instructing his physician to withhold or withdraw life-sustaining procedures in the event of a terminal condition." In this context dignity seems to be nothing other than respect for autonomy. Commenting on the appearance of this vague usage in connection with end of life treatment, a US presidential commission observed: "Phrases like... 'death with dignity'... have been used in such conflicting ways that their meanings, if they ever were clear, have become hopelessly blurred."

intrínsecas (de uma *dignitas* ou algo parecido) de quando vivos. É uma possibilidade, um cenário na qual ambos os lados não estão partindo das mesmas bases conceituais, o que não favorece o emprego do termo; afinal, o que esperar ou não quando invocam a dignidade? É incerto, mas aparentemente tem sido o bastante, como se numa receita estivesse escrito para deglacciar o fundo da panela; no entanto, um cozinheiro o faz com vinho branco, o outro com vinagre, o outro com vinho tinto, e todos esperam que no final o resultado seja o mesmo. Macklin (2003) se pergunta o porquê de tantos textos invocarem a dignidade, e uma das possíveis respostas é devido ao grande número de fontes religiosas que se referem a ela.

2.2 Steven Pinker

Em seu texto *The Stupid of Dignity* Pinker (2008) discorre nessa linha de Macklin sobre a influência de fontes religiosas na bioética, e usa como exemplo o relatório *Human Dignity and Bioethics* do conselho criado por George W. Bush em 2001. Pinker diz que, após o texto de Macklin (2003), esse mesmo conselho que se reportava ao presidente sentiu a necessidade de dar bases mais firmes à dignidade humana, o que posteriormente foi feito em 28 ensaios e comentários. Pinker (2008) convida a todos aqueles que se importam com bioética a se preocuparem com o resultado, não pelo ‘resultado’ em si, mas pelo tipo de abordagem do conselho.

A estranheza do relatório começa com sua lista de colaboradores. Dois deles (Adam Schulman e Daniel Davis) são funcionários do Conselho e escreveram excelentes artigos introdutórios. Dos 21 restantes, quatro (Leon R. Kass, David Gelernter, Robert George e Robert Kraynak) são defensores veementes de um papel central para a religião na moralidade e na vida pública, e outros onze trabalham para instituições cristãs (todas, com exceção de duas, católicas). É claro que a afiliação institucional não implica em parcialidade, mas, com três quartos dos colaboradores convidados tendo vínculos religiosos, tem-se a sensação de que a coisa está resolvida. Uma olhada mais profunda confirma isso. (Pinker, 2008, p. 2. Minha tradução).¹⁷

Pinker (2008) considera preocupante essa presença religiosa estar tão entrelaçada no conselho, e isso se evidencia quando a própria Macklin (2003) não fora convidada para expandir seu argumento. O mesmo foi feito com os que a ela eram simpatizantes. Muitos foram os motivos que o preocupou como, por exemplo o artigo de Kass (2008) que:

¹⁷ “The report’s oddness begins with its list of contributors. Two (Adam Schulman and Daniel Davis) are Council staffers, and wrote superb introductory pieces. Of the remaining 21, four (Leon R. Kass, David Gelernter, Robert George, and Robert Kraynak) are vociferous advocates of a central role for religion in morality and public life, and another eleven work for Christian institutions (all but two of the institutions Catholic). Of course, institutional affiliation does not entail partiality, but, with three-quarters of the invited contributors having religious entanglements, one gets a sense that the fix is in. A deeper look confirms it.”

Afirma que o respeito pela vida humana está enraizado em Gênesis 9: 6, no qual Deus instrui os sobreviventes de seu Dilúvio no código de vingança [...] Os argumentos judaico-cristãos - em alguns casos, explicitamente bíblicos - encontrados em ensaio após ensaio neste volume são bastante extraordinários. No entanto, além de dois parágrafos em um comentário de Daniel Dennett, o volume não contém nenhum exame crítico de qualquer uma de suas reivindicações religiosas. Como os Estados Unidos, a potência científica mundial, chegaram a um ponto em que lutam com os desafios éticos da biomedicina do século XXI usando histórias bíblicas, doutrina católica e alegoria rabínica confusa?¹⁸ (Pinker, 2008, p. 2. Minha tradução).

O que Pinker (2008) corretamente demonstrou é que a dignidade além de um conceito vazio, é usada como ferramenta política, muitas vezes com a intenção de não só alertar, mas até proibir pesquisas que poderiam, e podem como no caso do CRISPR, vir a melhorar consideravelmente a qualidade de vida das pessoas. Isso foi o que ocorreu quando Kass (2001) convenceu o presidente a proibir pesquisas financiadas pelo governo federal que usassem novas linhas de células-tronco. (Pinker, 2008, p. 3). Para Pinker, três características fazem a noção de dignidade não ser uma boa alternativa em seu uso na bioética.

Consideremos a imagem de uma garrafa de vidro vazia. Tendo em vista que comumente assumimos que garrafas são recipientes que carregam algo, poderíamos prontamente nos questionar: ‘aquela garrafa carrega o que?’ Agora se X enchê-la de suco de laranja, então diríamos que ela é uma garrafa de suco de laranja; se Y usar, ao invés, suco de uva, diríamos que é de suco de uva e assim em diante. Mas dificilmente acordaríamos sobre a real natureza da garrafa, além de que, como ela é vazia, qualquer suco lhe dá nome, mas o suco não é dependente da garrafa, em vista de que, ele pode ser servido numa jarra, da mesma forma como autonomia é um conceito em si, não-instrumentalização é um conceito em si, ou seja independentes da dignidade. Isso está de acordo com o primeiro ponto de Pinker (2008), a saber, a dignidade é relativa, de modo que, “não é preciso ser um relativista científico ou moral para perceber que as descrições de dignidade variam radicalmente de acordo com a época, o local e o observador.”¹⁹ (Pinker, 2008, p. 4. Minha tradução).

O segundo ponto é que a dignidade é fungível:

¹⁸ “claims that respect for human life is rooted in Genesis 9:6, in which God instructs the survivors of his Flood in the code of vendetta [...] The Judeo-Christian--in some cases, explicitly biblical--arguments found in essay after essay in this volume are quite extraordinary. Yet, aside from two paragraphs in a commentary by Daniel Dennett, the volume contains no critical examination of any of its religious claims. How did the United States, the world's scientific powerhouse, reach a point at which it grapples with the ethical challenges of twenty-first-century biomedicine using Bible stories, Catholic doctrine, and woolly rabbinical allegory?”

¹⁹ “One doesn't have to be a scientific or moral relativist to notice that ascriptions of dignity vary radically with the time, place, and beholder.”

De fato, cada um de nós voluntária e repetidamente abre mão da dignidade em troca de outros bens na vida. Repetidamente votamos com nossos pés (e outras partes do corpo) que a dignidade é um valor trivial, que vale a pena ser trocada pela vida, saúde e segurança.²⁰ (Pinker, 2008, p. 4. Minha tradução).

Pode ser trocada, inclusive, como argumentado mais a frente, por um projeto de autocriação. O terceiro e último ponto é o mais relevante, no caso, a dignidade pode ser prejudicial:

Em seus comentários sobre o volume *Dignity*, Jean Bethke Elshtain perguntou retoricamente: "Já houve algo de bom em negar ou restringir a dignidade humana?" A resposta é um enfático "sim". Todos os déspotas com roupas e medalhas de bronze que passam em revista suas tropas de uma plataforma elevada buscam impor respeito por meio de demonstrações ostensivas de dignidade. As repressões políticas e religiosas são frequentemente racionalizadas como uma defesa da dignidade de um estado, líder ou credo: Basta pensar na fatwa de Salman Rushdie, nos distúrbios das caricaturas dinamarquesas ou na professora britânica no Sudão que enfrentou açoites e um linchamento porque sua turma deu o nome de Maomé a um ursinho de pelúcia. De fato, o totalitarismo costuma ser a imposição da concepção de dignidade de um líder a uma população, como os uniformes idênticos na China maoísta ou as burcas do Talibã.²¹ (Pinker, 2008, p. 4-5. Minha tradução).

Poder-se-ia levantar uma objeção de que a dignidade se valeria do mesmo que o que se tem socialmente construído como amor, e que assim como a dignidade carece de um valor conceitual também o amor o carece, mas não nos desvinculamos do amor nem de seu papel na linguagem usual. Poderíamos ao amor fazer as mesmas críticas levantadas por Pinker (2008), que o conceito de amor é relativo, fungível e prejudicial. Afinal, quantas guerras e atos horrendos podemos dizer que foram feitos em nome do amor? Mas, isso me parece desfavorecer a dignidade, e não a apoiar. Afinal de contas o termo amor nunca ou quase nunca entra categorialmente em uma discussão ética. Podemos, claro, dizer sobre benevolência, não-maleficência, compaixão ou atos de misericórdia, e todos esses são termos do campo bioético, mas nenhum deles se equivaleria a 'amor'. Nessa perspectiva, ainda que seja

²⁰ "In fact, every one of us voluntarily and repeatedly relinquishes dignity for other goods in life. We repeatedly vote with our feet (and other body parts) that dignity is a trivial value, well worth trading off for life, health, and safety."

²¹ "In her comments on the *Dignity* volume, Jean Bethke Elshtain rhetorically asked, "Has anything good ever come from denying or constricting human dignity?" The answer is an emphatic "yes." Every sashed and be-medaled despot reviewing his troops from a lofty platform seeks to command respect through ostentatious displays of dignity. Political and religious repressions are often rationalized as a defense of the dignity of a state, leader, or creed: Just think of the Salman Rushdie fatwa, the Danish cartoon riots, or the British schoolteacher in Sudan who faced flogging and a lynch mob because her class named a teddy bear Mohammed. Indeed, totalitarianism is often the imposition of a leader's conception of dignity on a population, such as the identical uniforms in Maoist China or the burqas of the Taliban."

importante e caro a literatura e a filosofia, ainda assim não é sábio nem prudencial utilizá-lo como critério de algo, principalmente como motriz de uma proibição ou algo do gênero. Dizer que dignidade se equivale a autonomia como diz Macklin (2003) no discurso bioético não é o mesmo que dizer que são intercambiáveis, mas apenas que o uso por parte daqueles que recorrem ao termo está comedido de equívoco. Sobre ser um termo inútil, podemos recorrer à analogia do amor novamente: não dizemos que o amor seja inútil, se recorrentemente ouve-se coisas do tipo ‘o mundo precisa de mais amor’ não há, de fato, qualquer inferência que se siga dessa afirmação, apenas que dentro do quadro de coisas que faltam ao mundo, alguns as amontoam no conjunto do que para elas seria ‘amor’. O mesmo ocorre com a dignidade. Assim como Pinker (2008), não vejo problemas no uso cotidiano de um termo que parece denotar que a vida alheia tem algum valor, se no uso cotidiano e extraordinário assim o for, ter algo que nos aproxime do respeito pelos outros ou na autonomia dos outros tem sua utilidade. Posso defender isso e ao mesmo tempo negar qualquer valia moral nos discursos bioéticos que o termo finge empregar.

CAPÍTULO 3

Identidade Pessoal.

Quando acordei hoje de manhã, eu sabia quem eu era, mas acho que já mudei muitas vezes desde então.

Lewis Carroll,
Alice no País das maravilhas

O problema da identidade pessoal é uma questão de grande relevância na filosofia e pode ser rastreada às reflexões de filósofos como Heráclito, que enfatizou a permanência da impermanência, a Parmênides, para quem o Ser é e o não-Ser não é, e, se considerarmos o oriente, a momentos ainda anteriores. Há nessas ideias o princípio motor da identidade na filosofia. Outro momento importante a ser considerado pode ser a atribuição de importância que recebeu de John Locke, o que certamente ajudou a alavancar o problema da identidade, introduzindo a ela um teor prudencial e jurídico. Atualmente, a questão da identidade tem sido não apenas um tema da metafísica, mas também de filosofia da mente e de filosofia da linguagem.

O que se quer discutir na filosofia da identidade pessoal? Essa é uma das possíveis primeiras perguntas que um leitor poderia se fazer ao adentrar no tema. Isso se dá uma vez que, aparentemente, esse é um daqueles temas que cotidianamente está presente na vida das pessoas. Recorrentemente, pessoas estão a apontar para fotografias de um terceiro e destacar coisas como ‘nossa você mudou tanto’, ou ‘você não mudou nada, continua o mesmo’. Será esse tipo de identidade que estamos a enfatizar quando se estuda identidade pessoal? Essas percepções fazem parte da problemática, mas não expressam completamente o que se quer ter como objeto de estudo na identidade pessoal (a partir daqui referida como ip).

O que se quer compreender em ip é como A em t^1 é a mesma pessoa que B em t^2 . Essa é a questão numérica da ip, a saber, a relação numérica de uma coisa consigo mesma no tempo. A relação tempo é importante, pois se não, seria uma abordagem da lei da identidade que diz que cada coisa é numericamente idêntica a si mesma, o que não abre espaços para muita elaboração além da tautologia. Não, o que está em pauta na ip é sua relação com o tempo, o que expõe seu primeiro aspecto fundamental, a ‘mesmidade’. Pode-se dizer com certa tranquilidade que a mesmidade é um dos principais conceitos que circundam o tema da ip, mas vale uma ressalva quanto ao sentido de ‘mesmo’ que está sendo empregado aqui. ‘Mesmo’ pode ter dois sentidos, o comparativo e o numérico (Viana, 2007, p. 17). No primeiro caso ‘mesmo’ significa dizer que uma coisa é ‘igual’ a outra, como dizer ‘seu notebook é o mesmo que o meu’. Já no segundo caso, o numérico, ‘mesmo’ tem a conotação de ‘idêntico’, como em ‘esse notebook que você encontrou é o mesmo que perdi semana retrasada, devolva-o, por favor’. Essa diferenciação se faz necessária pois há recorrentemente uma confusão conceitual quando se trata de discussões sobre ip. Por exemplo, outro caso em que poderia haver uma confusão: dizemos que gêmeos univitelinos são idênticos quando deveríamos dizer que são iguais. Pois ainda que qualitativamente sejam parecidos, são, contudo, numericamente diferentes, justamente porque o sentido numérico é a relação de uma

coisa consigo mesmo, neste caso de uma pessoa consigo mesma. Destarte, os critérios sobre os quais falaremos a seguir são justamente aquilo que possibilitam compreender em que sentido essa mesmidade ao longo do tempo se dá.

É necessário destacar alguns critérios e alguns aspectos que orientam a discussão de ip na filosofia, mas que não necessariamente serão desmembrados em exaustão neste TCC.

Começemos com os critérios substanciais. Eles são dois, e podem ser classificados em (1) critérios físicos e (2) metafísicos. Os critérios substanciais de identificação são uma forma da literatura sobre ip lidar com a mesmidade, de forma que aquilo que somos essencialmente assegura propriedades que não podem mudar, alterar etc. Os critérios substanciais, logo, funcionam como evidência dessa mesmidade a qual nossa ip se sustentaria. Tomemos essa definição de David W. Hamlyn:

“Se nós dizemos que [alguém] está preocupado com o critério de identidade pessoal nós estamos querendo dizer que essa pessoa está preocupada com as condições necessárias e suficientes para ser a mesma pessoa neste sentido’, e este sentido é o seguinte: ‘o caso em que a pessoa A e a pessoa B em um momento anterior são a mesma pessoa.’ (David *apud* Cristina, 2007, p. 19-20).

O primeiro critério a ser explorado é o físico. Este é o critério segundo o qual diz que a ip é assegurada pela mesmidade do corpo. Tal posição pode ser chamada também de posição animalista da identidade pessoal. Destarte, de acordo com essa posição João com 15 anos e João com 45 anos são a mesma pessoa porque possuem o mesmo corpo. Um desafio para aqueles que queiram se apoiar no critério físico é justamente sustentar a mesmidade do corpo, uma vez que possuímos células que se renovam ao longo de toda uma vida, ou órgãos de terceiros que são transplantados em nós. A fim de fugir desse comprometimento com o corpo, alguns preferiram chamar tal posição de ‘critério corpóreo’. Nessa perspectiva, a ip se dá pela mesmidade do cérebro, mas a dificuldade em sustentá-la permanece, só que dessa vez quem se comprometer com tal critério tem que lidar com as mudanças do cérebro. Outros meios para defender o critério físico, ditas de forma superficial, é a abordagem em que se baseia na reidentificação das pessoas através do DNA, mas que tal informação fique apenas no campo de abertura de possibilidades, uma vez que, como dito, os critérios não serão defendidos ou explorados a exaustão.

O segundo critério de substanciação é o metafísico. De acordo com este critério, a mesmidade é assegurada por algo não-material. Talvez a posição mais comum de defesa nessa concepção seja a alma inalterável. Tal posição sustenta uma alma imutável que permanece a

mesma ainda que o corpo venha sofrer alterações. Assim, João de 15 anos e João de 45 anos são a mesma pessoa porque sua alma é a mesma. Contudo:

O problema com o critério da alma não está na sua coerência interna, mas sim nas implicações que ela gera. Se aceitamos uma explicação metafísica desse tipo para a definição de pessoa, temos de aceitar uma explicação da mesma natureza para a mente, para os processos cognitivos, enfim, para o mundo, e uma explicação como essa certamente não encontraria muitos adeptos na filosofia. (Cristina, 2007, p. 26).

O critério metafísico está muito entrelaçado a filosofia da mente, uma vez que uma das correntes mais debatidas na tradição filosófica tenha sido a posição de Descartes, que propôs sermos duas substâncias distintas, uma material (*res extensa*), e outra mental (*res cogitans*), mas que segundo a terceira noção primitiva interagem numa união substancial, de modo que não somos como que um “marinheiro em seu navio” (Descartes, Meditação VI, p. 175; AT, VII, 81). Assim sendo uma tese dualista de substância, mas que por motivos como o ressaltado por Cristina e outros, não é muito mais amplamente defendido na filosofia. Posições fiscalistas, reducionistas ou não reducionistas (dualistas de propriedades) têm tido mais destaques nos debates contemporâneos.

Outro modo de trilhar o debate sobre ip, é abandonar os critérios substanciais de identificação, ou ao menos, não fazer deles uma necessidade. Ao invés deles, podemos falar em critérios de continuidade. Ao invocar critérios de continuidade, automaticamente a questão não é mais ‘o que’ permanece, mas ‘como’ permanece (Viana, 2007, p. 37). Pois a continuidade não pressupõe ‘mesmidade’, logo os sentidos do termo ‘critérios’, aqui, são diferentes. Tais critérios podem, novamente, ser divididos em ‘físicos’ e, dessa vez, ‘psicológicos’. Mesmo no senso comum, quando a identidade está em pauta, como em frases ‘você se lembra de tudo o que aprontamos na escola?’ a noção que intuitivamente está posta é a de continuidade, ou seja, a concepção de que a pessoa que você conhece desde o ensino médio e a de hoje, 20 anos depois, são a mesma pessoa, apesar das mudanças.

A questão “como permanece” têm, ao longo dos anos, sido agregada a múltiplas possibilidades, mas certamente a mais recorrente, e primeiramente posta por John Locke, é a memória como critério de continuidade. De acordo com essa perspectiva, João de 15 anos e João de 45 são a mesma pessoa, porque João de 45 se lembra de ter tido as experiências de João de 15 anos logo, por uma perspectiva psicológica. Contudo, nem toda teoria de continuidade psicológica se baseia na continuidade da memória; geralmente, por ela começa, pela sua importância, mas de modo preciso, teorias de continuidade psicológica são pautadas em aspectos psicológicos como gostos, desejos, crenças, lembranças etc. A memória é

justamente uma candidata a vínculo que une todos esses aspectos ao longo do tempo, de modo que não precisam necessariamente serem os mesmos, mas apenas que precisam dessa forma de vínculo entre o passado e o presente. Não irei adentrar mais profundamente nesta perspectiva, mas vale ressaltar que muitos pensadores ao longo dos anos têm visto problemas com a abordagem da memória. Um deles pode ser atribuído ao fato de não nos lembrarmos de tudo o que passamos na vida. A isso, uma saída vislumbrada foi não basear a identidade em lembranças, mas na totalidade da memória. Outro problema apontado por Joseph Butler (1692–1752) é que usar a memória como critério pode acarretar em um raciocínio circular. Dessa forma, estamos utilizando o que gostaríamos de encontrar (ou seja a identidade) como critérios para encontrar ‘isso’ que estamos a procurar, porque ela está a ser expressa em termos de memória. Nossa memória é sempre ‘nossa’ memória. Assim, “podemos notar que o conteúdo da memória é expresso usando-se a noção de identidade pessoal, isto é, o eu, que permanece sem definição.”(Cristina, 2007, p. 52). Tendo em vista essas dificuldades em concretizar uma continuidade psicológica, alguns autores como Parfit(1984) preferiram optar por conectividade psicológica, e isso poderia ser claramente concebível pela imagem mental de uma corda estendida num campo de futebol. Ainda que a corda não esteja com seus fios totalmente ligados, com alguns fiapos soltos, ainda sim estão conectados num todo formando a corda. Essa imagem nos é dada por Ludwig Wittgenstein que, ainda que não estivesse falando de identidade, tal imagem sempre é perspicaz. Essa concepção levou Parfit(1984) a imaginar um experimento mental de um teletransportador que nos levasse a outro planeta, ele descreve:

“Eu entro no Teletransportador. Eu já estive em Marte antes, mas apenas pelo método antigo, em uma espaçonave numa jornada de várias semanas. Esta máquina irá me enviar à velocidade da luz. Eu tenho apenas de pressionar o botão verde. Como outros, eu estou nervoso. Isso funcionará? Eu procuro me lembrar do que me contaram que deveria esperar. Quando eu apertar o botão, eu perderei a consciência, e então acordarei no que parecerá um momento seguinte. Na verdade, eu estarei inconsciente por aproximadamente uma hora. O Scanner aqui na Terra destruirá meu cérebro e corpo, enquanto grava os estados exatos de todas as minhas células. Ele então transmitirá esta informação via rádio. Viajando à velocidade da luz, a mensagem levará três minutos para chegar ao Replicador em Marte. Este então criará, a partir de uma matéria nova, um cérebro e corpo exatamente

como os meus. Será neste corpo que eu acordarei.”²² (Parfit, 1984, p. 199. Minha tradução).

De acordo com esse experimento mental a conectividade psicológica possibilita lembrarmos do momento em que partimos da terra, assim como o dia anterior, e assim como tudo o que a pessoa que fora destruída se lembrava. Tal experimento, levou-o a dizer que:

“A identidade pessoal não é o que importa. O que importa fundamentalmente é a Relação R, com qualquer causa. Esta relação é o que importa mesmo quando, como no caso em que uma pessoa mantém a relação R com duas outras pessoas, a Relação R não provê a identidade pessoal.”²³ (Parfit, 1984, p. 217. Minha Tradução).

O que importa são os critérios para a identidade, como nesse caso, a ‘Relação R’ que é a conexão psicológica.

Quanto à continuidade física, a imagem que expressa melhor a participação do corpo na teoria é a imagem do famoso navio de Teseu, o qual sofre com o passar do tempo inúmeras modificações em sua estrutura e no final, as partes trocadas, como corrimãos, tábuas, e outras partes foram utilizadas para formar um outro navio. Qual dos dois seria o navio de Teseu? Não querendo me comprometer com uma resposta, vale apenas dizer que inúmeras respostas foram dadas a este problema, partindo desde o tempo envolvido na manutenção do navio até a simples resposta de que nenhum dos dois é o verdadeiro navio de Teseu. Considerando o caso das pessoas, tanto há teorias fisicalistas, que sustentam a permanência do corpo ainda que mudanças qualitativas ocorram, quanto fisicalistas que sustentam a permanência do cérebro. Não necessariamente o fisicalista irá negar a participação do mental nessa situação, havendo, inclusive, posições que sustentam uma mente corporificada, como é o caso de Lynne Rudder Baker (2000), que defende a tese da constituição (ainda que críticos da filósofa, como DeGrazia, afirmem que a posição dela é apenas uma forma sofisticada de teoria psicológica). De acordo com os critérios de continuidade física, o experimento de Parfit (1984) descrito acima acarretaria na destruição de nossa identidade uma vez que o corpo foi destruído no

²² “I enter the Teletransporter. I have been to Mars before, but only by the old method, a space-ship journey taking several weeks. This machine will send me at the speed of light. I merely have to press the green button. Like others, I am nervous. Will it work? I remind myself what I have been told to expect. When I press the button, I shall lose consciousness, and then wake up at what seems a moment later. In fact I shall have been unconscious for about an hour. The Scanner here on Earth will destroy my brain and body, while recording the exact states of all of my cells. It will then transmit this information by radio. Travelling at the speed of light, the message will take three minutes to reach the Replicator on Mars. This will then create, out of new matter, a brain and body exactly like mine. It will be in this body that I shall wake up.”

²³ “Personal identity is not what matters. What fundamentally matters is Relation R, with any cause. This relation is what matters even when, as in a case where one person is R-related to two other people, Relation R does not provide personal identity.”

teletransporte. De forma superficial, e meramente expositiva, a fim apenas de mapear um caminho em nossa discussão, os critérios substâncias quanto de continuidade, são esses.

De forma geral, podemos distinguir alguns aspectos iniciais que formam as questões sobre a ip, a saber: (1) Questões cognitivas; (2) questões metafísicas e (3) questões de narrativa (Miguens, 2002, p. 140). As questões cognitivas (1) são questões relativas a nosso autoapercebimento (*self-awareness*); (2) às questões metafísicas são sobre a natureza da pessoa, afinal toda discussão de ip nos termos apresentados partem de um princípio fundamental de que somos você e eu, pessoas. Mas, para fins deste TCC, para a discussão sobre aprimoramento genético, suas implicações nas vidas das pessoas e a essas formas de se aprimorar, interessam apenas, (3) as questões relativas à narrativa.

3.1 Identidade Narrativa.

Até este ponto o tipo de ip referida e que primeiramente pareceu nos importar é a identidade pessoal no sentido numérico. Ou seja, (1) a questão de nossa essência; (2) o que importa em nossa ‘sobrevivência’. A identidade numérica, como dito, trata do que faz A em t^1 ser a mesma pessoa B em t^2 . Em (1) dizemos com alguma segurança que somos, essencialmente, pessoas e para fins de definição a de DeGrazia (2005) será adotada. Segundo ele:

[...] o significado atual de pessoa é aproximadamente alguém (de qualquer espécie) com a capacidade de formas de consciência suficientemente complexas. Sugiro também que compreendamos a capacidade no sentido das capacidades atuais; o mero potencial para as desenvolvê-las não são o suficiente.²⁴ (DeGrazia, 2005, p. 6. Tradução minha).

Já no que (2) diz respeito ao que nos importa para manter um sentido de nós mesmos no decorrer do tempo, podemos mencionar os critérios substanciais e, dentre outros, os critérios de continuidade. No entanto, o que será desenvolvido aqui é a identidade narrativa. Cotidianamente, quando as pessoas estão a levantar testemunhos de identidade elas geralmente a fazem não em um sentido profundo a fim de tentar desvendar os mistérios da identidade numérica, mas sim em um sentido mais autobiográfico das pessoas. Pode-se dizer, assim, que a identidade narrativa trata de questões mais palpáveis do dia a dia. Resumidamente, em uma análise prática, o fato de ‘persistirmos’ (sentido de sobreviver) no decorrer do tempo não é tudo o que nos importa. As pessoas valorizam também suas ações e experiências. Dessa forma, pode-se dizer que as pessoas constroem para si mesmas

²⁴ “[...] the present meaning of person is roughly someone (of whatever species or kind) with the capacity for sufficiently complex forms of consciousness. I also suggest that we understand capacity in the sense of current capabilities; mere potential to develop them is not enough.”

‘autonarrativas’, uma autobiografia bem detalhada que poderia ser revisitada caso um terceiro perguntasse coisas como, ‘quem é você?’. Ter uma autonarrativa significa mais do que ‘O que’ sou, pergunta feita quando tratada a identidade numérica, mas, no caso a autonarrativa permite a questão ‘Quem’ eu sou? O que lhe moldou, quais experiências passou, quais cheiros sentiu, e quais tribulações presenciou? E tudo isso constitui a Identidade narrativa. Assim sendo, o sr. Juarez é um amante de fórmula 1, exímio jogador de xadrez, um marido atencioso e se isso é importante para ele, dizemos que isso constitui a narrativa pessoal dele. A pergunta ‘‘Quem’ eu sou?’ assume, no caso da identidade narrativa, uma autoridade frente a uma pergunta do tipo ‘Quem é você?’, e isso assim o é porque uma resposta a segunda diria fatos sobre o sr. Juarez que poderiam ser observados por terceiros, como: ‘ele mora na avenida tal, sua esposa se chama tal, e ele tem tantos anos’. Mas só uma resposta em primeira pessoa dada pelo sr. Juarez possui a autoridade para exprimir uma autonarrativa, de modo que o sr. Juarez em resposta à pergunta diria apenas o que é mais ‘essencial de si’, filtrando o que não é. Tudo isso, claro, abriria as portas para perguntas do tipo: toda autonarrativa é válida? Se uma pessoa x considerasse, por exemplo, que é a encarnação de Katarina a grande, deveríamos considerar isso um traço forte em sua autonarrativa? Uma resposta sensata seria não. DeGrazia (2005, p. 85. Minha tradução) argumenta que nesses casos:

A resposta adequada é insistir que as autonarrativas que se qualificam como constituintes da identidade são aquelas que são realistas ou razoáveis, dado o que sabemos sobre a pessoa em questão, sobre as pessoas em geral e sobre a forma como o mundo funciona.²⁵

DeGrazia (2005) ressalta a importância, nestes casos, de uma narrativa baseada em terceira pessoa, ou seja, aqueles testemunhos que outras pessoas dão umas às outras. Uma perspectiva deveras interessante essa a qual leva a narrativa em terceira pessoa em consideração de uma forma ‘forte’, digamos assim. Hannah Arendt (1958), por exemplo, acreditava que no campo da ação, há sempre uma irreversibilidade e uma imprevisibilidade, de modo que no campo do discurso, o ‘que somos’ não é um mistério profundo e escondido, mas sim, pura expressão do ‘eu’ que apenas se concretiza na percepção do ‘outro’. Destarte, abstraindo as contribuições que tal posição nos forneceria, voltemos a tratar a dimensão unicamente em primeira pessoa da identidade narrativa (a partir daqui tratada como IN).

Do mesmo modo que uma questão de “sobrevivência” não seja tão caro cotidianamente, uma autonarrativa se mostra deveras insuficiente também; afinal, pessoas não

²⁵ “The proper response is to insist that the self-narratives that qualify as identity-constituting are those that are realistic or within reason, given what we know about the person in question, about persons generally, and about the way the world works.”

possuem apenas experiências do que aconteceu, mas possuem também ambições, metas, aspiram a querer chegar a algum lugar e alcançar um ‘eu idealizado’; logo, possuem um projeto. Esse projeto constitui a ‘autocriação’ (*self-creation*) que como posto por DeGrazia (2005):

[...] se refere à *formação consciente e deliberada da própria personalidade, caráter, outros traços significativos (e.g., competência musical, destreza atlética) ou direção de vida*. Quando alguém decide sinceramente tornar-se mais paciente com as outras pessoas, mais ousado no meio profissional ou mais talentoso na corrida, pretende embarcar em um projeto de autocriação.²⁶ (DeGrazia, 2005, p. 89-90. Minha tradução).

Um projeto de autocriação envolve escolhas deliberadas, e isso faz com que o tema esteja diretamente ligado à liberdade e autonomia. Autonomia era o que Macklin (2003) alegava ser o conceito invocado em nome da dignidade. É a verdadeira base em que a bioética repousa, é o fundamento de toda pesquisa com seres humanos, o ponto com o qual separamos uma pesquisa com caráter ético ou não. Nele está contido o consentimento livre e esclarecido, ou seja, bem informado. Mas nossas ações são autônomas? É possível termos um projeto de autocriação? Essas duas questões são de extrema importância; nelas está contida uma preocupação que será evidenciada daqui em diante. Para isso, tomemos como base do projeto de autocriação, a definição de ação autônoma que DeGrazia (2005) formula baseado na teoria de Harry Frankfurt (1971) e na concepção de *autonomia* como *autenticidade* de Dworkin (1970), que é a seguinte:

A autonomamente realiza ação intencional X se e somente se (1) A faz X porque ela prefere fazer X, (2) A tem essa preferência porque ela (pelo menos disposicionalmente) se identifica com ela e prefere tê-la, e (3) essa identificação não resultou principalmente de influências que A, em reflexão cuidadosa, consideraria alienante. Por que substituir a linguagem de *preferência* pela linguagem do *desejo*? Embora esses dois termos, como eu os entendo, se refiram aos mesmos estados mentais, as conotações de *preferência* são menos potencialmente enganosas em casos de desejos conflitantes em que não se "realmente quer (deseja)" fazer o que se faz; uma pessoa, considerando todas as coisas, prefere o ato que realiza intencionalmente.²⁷ (DeGrazia, 2005, p. 102. Minha tradução).

²⁶ “[...] refers to the conscious, deliberate shaping of one’s own personality, character, other significant traits (e.g., musical competence, athletic prowess), or life direction. When someone sincerely resolves to become more patient with other people, bolder in professional circles, or more accomplished at running, she intends to embark on a project of self-creation.”

²⁷ “A autonomously performs intentional action X if and only if (1) A does X because she prefers to do X, (2) A has this preference because she (at least dispositionally) identifies with and prefers to have it, and (3) this identification has not resulted primarily from influences that A would, on careful reflection, consider alienating. Why substitute the language of preference for that of desire? While these two terms, as I understand them, refer to the same mental states, the connotations of preference are less potentially misleading in cases of conflicting

Essa definição é satisfatória porque engloba a possibilidade de uma pergunta do tipo, como sabemos se nosso projeto de autocriação é realmente legítimo? Um tipo de dúvida que poderia surgir em vista de que a sociedade impõe certas pressões coercitivas nos agentes, e muitas dessas coerções nem sempre são perceptíveis, pois nem sempre fazemos ‘reflexões cuidadosas’ para averiguar a legitimidade de nossas escolhas. O que está em jogo aqui é a autenticidade. O ponto (3) está justamente preocupado com a autenticidade da pessoa na tomada de decisão. Estão nesses casos aquelas decisões que as pessoas tomam em prol de ‘exigências’ implícitas ou às vezes explícitas da sociedade. Casos que vão desde mulheres do mundo da moda — que tem de ajustar seus corpos a padrões de beleza padronizantes — até casos de estudantes que precisam melhorar seus desempenhos nos estudos para atender às expectativas de seus pais. Assim:

Sugiro que qualquer projeto de autocriação autônomo e honesto é ipso facto autêntico. A honestidade é necessária porque se, por exemplo, alguém segue autonomamente um curso de vida que envolve engano sistemático para os outros sobre quem ele realmente é, tal projeto de autocriação seria claramente inautêntico.²⁸ (DeGrazia, 2005, p. 112. Minha tradução).

Mostrando preocupação com a autenticidade, a definição acima abarca de forma satisfatória os critérios da identidade narrativa. Daí se tira, obviamente que nem todas as pessoas possuem um projeto de autocriação (interesse), do mesmo modo que nem todas as pessoas possuem as circunstâncias para isso. Definido autonomia, e supondo que as nossas ações possam ser autônomas, que as pessoas possuem autonarrativas, e que (quando as circunstâncias permitirem) são autocriadoras e autênticas, acredito que a identidade narrativa seja uma métrica melhor do que a noção vazia de dignidade humana como critério para ponderação de tecnologias de aprimoramento, uma vez que nela está contida a autonomia, dito de outra forma, a identidade narrativa é a expressão máxima da autonomia.

Considere um cenário no qual Josué é profissionalmente bem-sucedido. Josué possui relações saudáveis com seus amigos. Todos querem estar junto a ele nos feriados, mas nada disso compensa a sua falta de confiança, supostamente devido ao seu sobrepeso, o que não lhe dá confiança com as interações românticas. Josué então decide que passará por um procedimento cirúrgico para redução de peso e começará a frequentar a academia. Dada sua

desires where one doesn't “really want (desire) to” do what one does; one does, all things considered, prefer the act one intentionally performs.”

²⁸ “I suggest that any self-creation project that is autonomous and honest is ipso facto authentic. Honesty is necessary because if, for example, one autonomously pursues a life course that involves systematic deception to others about who one really is, such a self-creation project would clearly be inauthentic.”

insatisfação com sua aparência, e como isso afeta sua interação em níveis consideráveis, Josué repensa sua autocriação. Embora digamos que sua iniciativa de frequentar a academia seja admirável, alguns tenderiam a não considerar o mesmo quanto à redução de peso por métodos de aprimoramento estético. Alguns diriam, e com alguma razão, que seu novo projeto de autocriação é moralmente problemático em vista de enfatizar normas socialmente preocupantes, a saber, ‘ser gordo afeta relações amorosas’. Logo, diríamos que sua autocriação não é autônoma. Porém, se a definição de DeGrazia(2005) for satisfatória, como esse TCC acha que é, então (3) anula essa problemática se e somente se, Josué a considerou, está ciente de sua força alienante, e ainda assim acredita que sua empreitada não parte dessa força alienante. Estão nas ações de Josué implicitamente a sua concepção de si mesmo e para onde quer chegar, está expressando sua identidade narrativa.

A autocriação justifica todo tipo de aprimoramento? Por mais que a postura deste TCC seja convidativa às tecnologias de aprimoramento, retém-se ainda em uma postura cautelosa, até porque o que considerei até agora diz respeito a pessoas adultas e suas capacidades para autonomia. Esse é o motivo pelo qual não tratarei em momento algum das dificuldades que poderia se ter em relação à tomada de decisões quanto a crianças. Assim sendo, vamos falar um pouco de alguns possíveis limites que a IN encontra: falemos dos Biohackers.

3.2 Biohackers.

Biohacker é a junção da biologia com a cultura hacker e, resumidamente, é uma prática que está reunindo cada vez mais entusiastas de todos os campos e até mesmo as pessoas sem especialização alguma. Há duas vertentes importantes atualmente. A que tenta aproximar as universidades ao público em geral em uma prática que visa a abrir o meio acadêmico para as pessoas que não fazem parte dele, e isso é algo que muitos acadêmicos ao redor do mundo e no Brasil inclusive acreditam que seja algo a se investir. E a outra vertente atesta que ferramentas como o CRISPR devem ser de domínio público. Suas preocupações são a de que essa tecnologia no futuro seja muito cara e com pouca acessibilidade para grande parte da população. Compartilhando dessa visão e possivelmente um dos instigadores mais relevantes dela no meio biohacking está Josiah Zayner autodenominado um biohacker. Josiah ficou conhecido por fazer experimentos em si e divulgar todo o processo via YouTube e em palestras de biotecnologias. A intenção de Josiah inicialmente era utilizar o CRISPR para o crescimento de músculos. Após isso, ele criou uma empresa chamada *The Odin*, onde pôde criar e vender kits de CRISPR *DIY (do-it-yourself)* com o básico de instruções para que entusiastas façam seus próprios experimentos em suas próprias garagens. Alguns pontos de

preocupação relevantes podem ser levantados sobre esse movimento da biologia *DIY*. O movimento junto a Josiah, como já dito, fomenta a ideia de uma democratização da tecnologia de modificação genética para a população e a liberdade dos mesmos de escolherem se modificarem. O CRISPR, de fato, vem a ser uma ferramenta mais democrática pelos motivos já levantados sobre ele, isto é, ser mais barato, mais simples, e consideravelmente mais preciso, e de acordo com o que foi dito sobre a IN, as pessoas possuem a autonomia para escolherem se aprimorar. Qual seria, então, o problema com o movimento biohacker? O ponto negativo sobre isso é a mensagem errônea que o movimento *DIY* passa de que a modificação genética não envolve riscos, não só a quem se autoaplica CRISPR no braço, como Josiah, mas também da forma irresponsável que alguns têm utilizado a ferramenta em animais de estimação, como por exemplo, David Ishe. Ishe é outro biohacker que teve uma aparição na série documental do streaming Netflix²⁹, “Seleção Artificial” (‘outro’ pois Josiah também é documentado na série), uma série que narra as possíveis aplicações do CRISPR na sociedade, de modo que são apresentados no mesmo episódio uma criança recuperando sua visão graças a ferramenta, e Ishe tentando criar um cachorro fosforescente. Vale ressaltar que a criança tentando restabelecer a visão é um caso acompanhado por médicos especializados, enquanto Ishe é um tecnólogo de campo de petróleo. É proposital a série mostrar duas realidades distintas, a realidade onde o CRISPR é usado por especialistas capacitados e a realidade onde é usado por biohackers *DIY*. Logicamente, também é proposital a relação entre essas realidades quando de um lado temos a empresa de Josiah, a *The Odin*, com a intenção de, por um preço acessível qualquer um pode adquirir um kit de CRISPR, e por outro lado termos uma empresa multimilionária como a *Spark Therapeutics*, a qual certamente nem todo mundo terá acesso. No entanto, não se trata de um clássico caso de Robin Hood. Os biohackers manipulam medicamentos que são caros como insulina, além dos componentes de aprimoramento corporal, mas fazem isso sem terem as noções de farmacodinâmica, e sem terem dados pré-clínicos. Os cachorros fosforescentes de Ishe podem não apresentar mutações que possam ser passadas para frente tanto quanto podem. Assim como outros que possam estar editando seus camundongos e que não chegam ao conhecimento público e ‘podem apresentar mutações capazes de ser transmitidas’, pois as lacunas de conhecimento sobre os genes são ainda muitas. O ponto é que a chance de um animal editado poder escapar para a natureza fora das zonas de controle é real, além de imprevisível. Disso se segue que a expressão de nossa identidade narrativa, não muito surpreendentemente, encontra seu limite na linha em que as ações tomadas podem esbarrar numa calamidade. Enquanto seres

²⁹ São Paulo: Paulus, 2013. SELEÇÃO Artificial. Joe Eggender e Leor Kaufman. EUA: Netflix, 2019.

autônomos que as pessoas são, o aprimoramento ainda se restringe a um confinamento laboral, acompanhado por profissionais. Haverá, certamente, um dia em que o movimento de se autoaprimorar com o CRISPR como Joshua deseja, se torne realidade. Dado a segurança e eficácia da técnica, um dia poderá ser assegurado pela autocriação o ato de autoaprimoramento, desde que baseado nos critérios que atendem a IN. O mesmo não pode ser dito quanto às práticas de modificação genética em animais por pessoas que não possuem preparo para isso.

Conclusão

É feia. Mas é uma flor. Furou o asfalto, o tédio, o nojo e o ódio.

Carlos Drummond de Andrade,
A Rosa do Povo

Por fim, dada a noção de aprimoramento destituído de algo como ‘Bom’ tal qual almejado pelos bem-estaristas, cabe às pessoas, autônomas como são, decidirem a forma como se aprimoram, desde que a forma esteja em consonância com a segurança e com os ditames da ciência médica atual. O CRISPR-CAS9 é uma ferramenta com um escopo de atuação jamais visto na humanidade até então. Seu impacto na ciência e na área da saúde é e será ainda mais evidenciado à medida que novas aplicações são encontradas para ele. A promessa de erradicar as doenças de origem genética é demasiada grande demais para que ele fique apenas no campo da ‘promessa’. Outros usos da ferramenta, como a desejada por Joshua, será um dia uma possibilidade mais palpável, e não deveria, em um sentido ético, ter sua prudência questionada por princípios que há muito já não colabora com os debates bioéticos sérios que visam criar uma conduta médica. Certamente a dignidade humana como um desses princípios nada acrescenta na esfera do debate, a não ser que seja entendida com a lente de Ruth Macklin (2003) a qual entende o princípio como o respeito à autonomia. A identidade pessoal como campo de debate que nos possibilita delimitar o campo das ponderações envolvendo as pessoas, nos é útil em sentido último enquanto ajuda a esclarecer o que faz com que a pessoa não se perca no processo do aprimoramento. Contudo, em um sentido mais próximo a todos nós, o aspecto narrativo da identidade se mostrou deveras importante a partir do ponto em que nos mune da conceitualização da expressão de um ‘eu’ que possui narrativas, anseios, desejos, metas, projetos. Assim sendo, este último em sua forma máxima, é um projeto de autocriação, ou um projeto de autoaprimoramento, dito nos termos que nos cabe. Mostra-se, assim, uma boa métrica para aprimoramento, enquanto este for uma expressão de nossa identidade, de nossa autonomia.

Referências

Referências primárias

DeGrazia, David. **Human identity and bioethics**. New York: Cambridge University Press, 2005.

Griffin, Miriam. **Dignity in Roman and Stoic thought**. Dignity: A history, (pp. 47-65). New York: Oxford University Press, 2017.

Kent, Bonnie. In the image of God: **Human dignity after the fall**. Dignity: A history, (pp. 73-98). New York: Oxford University Press, 2017.

Macklin, Ruth. Dignity is a useless concept. It means no more than respect for persons or their autonomy. **British Medical Journal**, v. 327, n. 7429, p. 20-27, 2003.

Miguens, Sofia. Problemas de Identidade Pessoal. Filosofia: **Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto N°**. 18 p. 139-163.

Pinker, Steven. The stupidity of dignity. **The new republic**, v. 28, n. 05.2008, p. 28-31, 2008.

Savulescu, Julian. Justice, fairness, and enhancement. The Ethics of Sports Technologies and Human Enhancement, p. 309-326, 2020.

Sensen, Oliver; Debes, Remy. **Dignity: Kant's revolutionary conception**. Dignity: A History, (pp. 237-61). New York: Oxford University Press, 2017.

Viana, Cristina. **O Enigma da Identidade Pessoal**. Marília, 2007. Monografia (Mestrado Filosofia) – Mestrado em Filosofia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2007.

Referências citadas

Azevedo, Marco Antonio. Abordagens bem-estaristas sobre saúde e aprimoramento humano: por que tratamentos são mais importantes? **Filosofia Unisinos**, v. 17, n. 3, 2016.

Bagaric, Mirko; Allan, James. The vacuous concept of dignity. **Journal of Human Rights**, v. 5, n. 2, p. 257-270, 2006.

Dias, Jefferson Aparecido; Sorrilha, Rubia Cristina. Biopolítica e o melhoramento genético: uma reflexão na sociedade biotecnológica. **Revista Brasileira de Direito Animal**, v. 13, n. 1, 2018.

Dias, Maria Clara. Aprimoramento humano: entre equívocos e desafios. **Filosofia Unisinos**, v. 17, n. 3, p. 352, 2016.

Dworkin, Gerald. Acting freely. **Nous**, Vol. 4, No. 4 (Nov., 1970), pp. 367-383.

Frankfurt, Harry G. Freedom of the will and the concept of a person. **Journal of philosophy**, v. 68, 1971.

Kass, Leon R. L. **Chaim and its limits: why not immortality?**. First Things, p. 17-24, 2001.
_____. **The hungry soul: Eating and the perfecting of our nature**. Chicago: University of Chicago Press, 1994.

Parfit. **Reasons and Persons**. Part three: Personal Identity. Oxford: Clarendon Press, 1984.

Schulman, Adam. **Human Dignity and Bioethics: Essays Commissioned by the President's Council on Bioethics**. Washington, D.C: Government Printing Office, 2008.

UNESCO. (2015). “**Report of the IBC [International Bioethics Committee] on updating its reflection on the human genome and human rights**”. SHS/YES/IBC-22/15/2 REV.2 Paris, 2 October 2015.

Vilaça, Murilo Mariano. Contra a perfeição, o melhoramento humano ou pela dádiva? Uma análise dos argumentos de Michael Sandel sobre a engenharia genética. Síntese: **Revista de Filosofia**, v. 48, n. 152, p. 779-779, 2021.